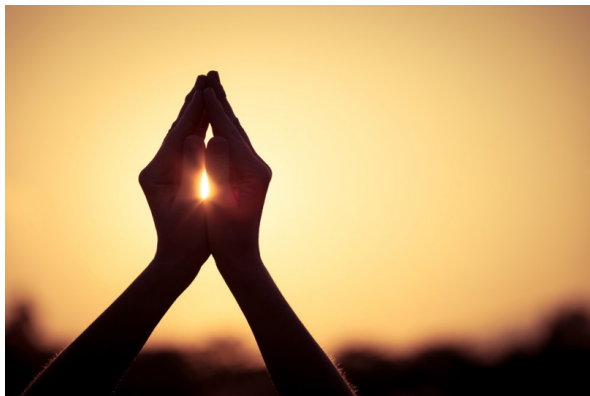




ACADEMIA DA FORÇA AÉREA



O *Status Quo* da religião na Europa do século XXI

Henrique Ferreira Fontes

ASPAL/PILAV 138534-J

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Pilotagem Aeronáutica

Júri

Presidente: Coronel Joaquim Marques Martins

Orientadora: Professora Doutora Teresa de Almeida e Silva

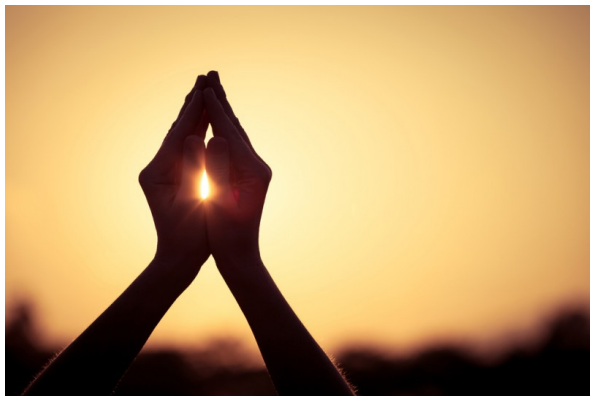
Coorientador: Tenente-Coronel Luís Manuel Pinto de Almeida Rocha

Vogal: Professora Doutora Andreia Soares e Castro

Sintra, Maio de 2018



ACADEMIA DA FORÇA AÉREA



O *Status Quo* da religião na Europa do século XXI

Henrique Ferreira Fontes

ASPAL/PILAV 138534-J

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Pilotagem Aeronáutica

Júri

Presidente: Coronel Joaquim Marques Martins

Orientadora: Professora Doutora Teresa de Almeida e Silva

Coorientador: Tenente-Coronel Luís Manuel Pinto de Almeida Rocha

Vogal: Professora Doutora Andreia Soares e Castro

Sintra, Maio de 2018

*“Aqueles que passam por nós,
não vão sós,
não nos deixam sós.
Deixam um pouco de si,
levam um pouco de nós.”*
Antoine de Saint-Exupéry

À minha avó ZéZé,
minha eterna companheira e conselheira,
devota católica,
minha inspiração para a redação desta dissertação.
A tua memória para sempre estará presente no meu coração!

Página intencionalmente em branco

Agradecimentos

O trabalho que se segue constitui o culminar de um longo percurso académico que exigiu grande dedicação e a ajuda de várias pessoas e instituições.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Teresa de Almeida e Silva, por toda a ajuda e disponibilidade demonstrada para me ajudar nas várias etapas deste último ano letivo.

Seguidamente gostaria de destacar a ajuda mais prolongada do meu coorientador, o Tenente-Coronel Luís Rocha, que sempre se disponibilizou para esclarecer qualquer dúvida e prestou auxílio em todo este processo.

À Academia da Força Aérea por ter proporcionado as condições necessárias para a elaboração da dissertação, mais concretamente à Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas, em particular à Sargento-Ajudante Dulce Monteiro, cuja experiência contribuiu positivamente para o sucesso neste trabalho. Ao ISCSP e à respetiva biblioteca, pela possibilidade de consulta do espólio bibliográfico existente.

Aos JOKERS, curso que durante os últimos cinco anos me ajudou a crescer e que eu vi crescer, unidos e coesos, pelo apoio e interajuda demonstrada ao longo de todo este percurso académico.

Ao meu pai e mãe por me terem ensinado os valores éticos e morais essenciais para ser a pessoa que hoje sou. Aos meus avós, tios, primos, padrasto e madrastra, amigos e, em especial aos meus irmãos mais novos de quem tantas saudades tenho.

Por último, mas não menos importante, um especial agradecimento à minha namorada, Ana Luísa, pelo incansável apoio que me deu e motivação que me transmitiu e partilhou ao longo dos últimos dois anos. Estou imensamente grato pelas noites de estudo partilhado que tivemos e que tanto e ajudaram a produzir o que hoje apresento, bem como por todas as contribuições para esta dissertação.

A todos vós o meu mais sincero obrigado!

Resumo

Numa Europa cada vez mais assolada pela crise migratória e por atentados terroristas que colocam em perigo a segurança das suas populações, a procura por motivos que justifiquem estes comportamentos aumenta e os olhares voltam-se para o fenómeno religioso e a forma como este é encarado no patrocínio das atividades extremistas.

A religião que parecia esquecida e afastada do plano das Relações Internacionais retoma, no século XXI, o seu estatuto enquanto ator preponderante na cena internacional, sendo escutada a sua mensagem por diversos atores estatais e não-estatais, tais como a ONU.

O advento da modernidade procurou, por força do avanço científico registado nas últimas décadas, afastar a religião da ordem pública, focalizando-se apenas no tangível e comprovável empiricamente.

As sociedades ocidentais passaram a desenvolver-se com base em fatores económicos e a dar mais importância ao nacionalismo e à cidadania como aspetos relevantes e estruturantes na construção de um sentido identitário mais coletivo e diversificado.

Porém, do outro lado do Mediterrâneo o avanço não ocorreu da mesma maneira e, as intervenções ocidentais em países da região do Maghreb forçaram milhares de pessoas a procurar melhores condições. A Europa integrista e inclusiva abriu os braços, mas vê-se, atualmente, mergulhada numa crise migratória para a qual não tem resposta.

O Islão, descontente com os valores secularistas ocidentais, busca demonstrar o seu desagrado e rejeição dos mesmos através da execução de ataques geograficamente dispersos, levados a cabo por *lobos solitários*.

A ascensão de movimentos de extrema-direita cria alarmismo no seio das comunidades europeias, pois fomenta a xenofobia e a intolerância religiosa.

A religião possui um poder dicotómico capaz de promover quer a paz, quer os conflitos, apenas dependendo da interpretação que é feita da mensagem sagrada.

Palavras-chave: Religião; Fundamentalismo; Secularização; Relações Internacionais; Fé; Globalização

Abstract

In a Europe increasingly desolated by migrant crisis and terrorist attacks which endanger the safety of its population, the search for motives that justify these behaviours increases and the focus turns to the religious phenomenon and the way it is used in order to support extremist activities.

The religion that seemed to be forgotten and casted aside from the International Relations resumes, in the 21th century, its status as a ruling actor in the international spectre, with its message being listened by various state and non-state actors, such as the United Nations.

The coming of Modernity looked, through the scientific advance registered in the last decades, to push religion away from the public sphere, focusing only on the tangible and empirically verifiable.

Western societies developed themselves based on economic factors and gave bigger importance to nationalism and citizenship as structuring and relevant aspects in the framing of a more collective and diversified identity sense.

However, across the Mediterranean the progress did not occur the same way and, the western interventions in countries within the Maghreb region forced thousands of people to pursue better conditions. The inclusive Europe opened its arms, but nowadays, it is immersed in a migratory crisis for which it has no response.

Islam, unhappy with western secularist values, seeks to demonstrate its displeasure and rejection of such values throughout the execution of geographically dispersed attacks, conducted by *lonely wolfs*.

The rise of right-wing extremist movements creates alarmism inside the European communities, because it encourages xenophobia and religious intolerance.

Religion possesses a dichotomous power capable of either promoting peace or conflict, only dependant upon the interpretation made of the holy message.

Keywords: Religion; Fundamentalism; Secularization; International Relations; Faith; Globalization

ÍNDICE

1. Introdução.....	1
1.1. Breve resenha histórica.....	2
1.2. Âmbito do estudo	8
1.3. Definição do problema.....	10
2. Enquadramento ontológico	15
2.1. Objetivos da investigação	15
2.2. Justificação do estudo.....	16
2.3. Delimitações do estudo	18
3. Enquadramento teórico	21
3.1. Perguntas e hipóteses de investigação	21
3.2. Concetualização operacional.....	22
3.3. Metodologia	27
4. A secularização da Europa do século XXI.....	29
4.1. A visão do Estado face à religião.....	33
4.2. A religião na vida privada.....	34
4.3. A secularização e o fundamentalismo	36
5. A influência religiosa nas sociedades europeias.....	41
5.1. A visão pós 11 setembro	45
5.2. O islamismo na Europa.....	47
5.3. O desenvolvimento demográfico europeu	49
6. O novo paradigma religioso europeu e respetivas repercussões.....	53
6.1. A tecnologia e a aproximação religiosa aos crentes	58
6.2. O caso da Europa central e oriental	61
6.3. A crise de valores e a (re)islamização do <i>velho continente</i>	65
7. Conclusão	69
Referências bibliográficas	75
Anexos	
A. Lista de conflitos religiosos recentes	A-1
B. Dados relatório <i>Conflict Barometer</i> 2017	B-1
C. Dados relatório <i>Conflict Barometer</i> 2018	C-1

D.	Laicidade dos Estados europeus	D-1
E.	Dados relatório Europe's Growing Muslim Population	E-1

Índice de Figuras

Figura 1 - A comunidade Cristã da Europa medieval (Jackson & Sørensen, 2010, p. 11)	3
Figura 2 - Autoridades medieval e moderna (Jackson & Sørensen, 2010, p. 12)	4
Figura 3 - Mapa da Europa (fonte: http://www.enoestilo.com.br/mapa-da-europa-em-portugues/).....	18
Figura 4 - Previsão da percentagem da população muçulmana na Europa nos 3 cenários (Pew Research Center, 2017, p. 5)	49
Figura 5 - Variação da população muçulmana na Europa entre 2010 e 2016 (Pew Research Center, 2017, p. 12).....	50
Figura 6 - Variação demográfica europeia entre 2010 e 2016 e projeções para 2050 nos 3 cenários	51
Figura 7 - Relação entre Estado e religião, mapa mundi (Pew Research Center, 2017, p. 4)	53
Figura 8 - Distribuição regional da relação entre Estado e religião (Pew Research Center, 2017, p. 16)	54
Figura 9 - Restrições governamentais face à religião (Pew Research Center, 2017, p. 28)	55
Figura 10 - Quantitativos de mortos, feridos e total de ataques executados em 2016 (EUROPOL, 2017, p. 10)	57
Figura 11 - Percentagem de apoiantes da separação entre religião e as políticas governamentais (Pew Research Center, 2017, p. 26)	62
Figura 12 - Percentagem da população que acredita que a inserção no grupo religioso dominante é importante para o sentido de identidade nacional (Pew Research Center, 2017, p. 27)	63
Figura B-1 - figura ilustrativa da distribuição dos conflitos ao nível mundial, em 2016, e respetivas intensidades associadas (Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2017)	B-1
Figura B-2 - gráfico ilustrativo da distribuição do número total de conflitos globais pelas diversas categorias e intensidades (Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2017)	B-1

Figura B-3 - gráfico ilustrativo da distribuição do número total de conflitos na Europa pelas diversas categorias e intensidades (Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2017)	B-2
Figura B-4 - gráfico ilustrativo da distribuição do número total de conflitos no Médio Oriente pelas diversas categorias e intensidades (Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2017)	B-2
Figura C-1 - Comparação de conflitos por intensidade e região, entre 2016 e 2017 (Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2018).....	C-1
Figura C-2 - Variação da intensidade dos conflitos em 2017, face a 2016 (Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2018).....	C-1
Figura C-3 - Total de conflitos registados em 2017, por categoria e intensidade (Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2018).....	C-2
Figura E-1 - Percentagem estimada da população muçulmana europeia em 2016 (Pew Research Center, 2017, p. 4)	E-1
Figura E-2 - Percentagem projetada da população muçulmana europeia para 2050 - cenário de migração zero (Pew Research Center, 2017, p. 8)	E-2
Figura E-3 - Percentagem projetada da população muçulmana europeia para 2050 - cenário de migração média (Pew Research Center, 2017, p. 9)	E-3
Figura E-4 - Percentagem projetada da população muçulmana europeia para 2050 - cenário de migração alta (Pew Research Center, 2017, p. 10)	E-4
Figura E-5 - Transformação demográfica europeia prevista entre 2016 e 2050 (Pew Research Center, 2017, p. 7)	E-5
Figura E-6 - Projeção da constituição da população europeia para 2050, nos vários cenários migratórios previstos (Pew Research Center, 2017, p. 27) ...	E-5

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Ataques às principais capitais europeias (Lusa, 2017).....	11
Tabela A-1 - Lista de conflitos religiosos entre finais século XX e século XXI – 2011 (Religious Tolerance, 2013)	A-1
Tabela D-1 - Estados europeus com religiões oficiais (Pew Research Center, 2017, p. 32)	D-1
Tabela D-2 - Estados europeus com religiões preferenciais (Pew Research Center, 2017, pp. 32-33)	D-1
Tabela D-3 - Estados europeus laicos (Pew Research Center, 2017, pp. 33-34)	D-2

Lista de abreviaturas

- **CEDN** – Conceito Estratégico de Defesa Nacional
- **EI** – Estado Islâmico
- **EUA** – Estados Unidos da América
- **HIK** – *Heidelberg Institute for International Conflict Research*
- **ONU** – Organização das Nações Unidas
- **RI** – Relações Internacionais
- **TIC** – Tecnologias de Informação e Comunicação
- **UE** – União Europeia

Página intencionalmente em branco

1. Introdução

Basta olhar de relance a História para nos apercebermos de quantas vezes a religião andou de mãos dadas com a guerra. Rara é a semana em que não se ouve falar de violências ou ameaças à tranquilidade pública provindas desta ou daquela facção fundamentalista associada a uma religião como, por exemplo, o hinduísmo, o judaísmo, o cristianismo ou o islamismo (Stilwell, 1995, p. 59).

Num contexto internacional abalado pelas constantes ameaças às diversas civilizações por todo o mundo, desde as migrações às ameaças terroristas e económicas, sem nunca descurar a importância das tensões políticas e ideológicas que vão aumentando a cada dia que passa, torna-se imperativo atentar ao xadrez mundial que se desenrola em nosso redor.

A forma como esse xadrez se desenvolve tem vindo a alterar-se ao longo dos anos, à medida que as gerações se vão renovando e que a memória dos conflitos mundiais que outrora dizimaram a *velha Europa* por duas vezes se vai, na mente dos líderes de alguns países, desvanecendo. A importância do recurso à diplomacia como forma de resolução de conflitos aumenta cada vez mais ao observarmos a ineficácia dos conflitos armados na resolução dos confrontos mundiais. Aliado à diplomacia é necessária uma reintegração da religião no plano das Relações Internacionais (RI), a qual, desde cedo, foi afastada, segregada do poder político e autoridade estadual (Moreira, 2017).

No mundo ocidental, desde cedo se assistiu à morte do fator religioso, o qual se vê remetido a um obscurantismo. No entanto, mesmo os que apregoam a ciência como autoridade máxima veem-se obrigados a concluir, como o matemático Peter Landsberg, que “*a ciência tem que calar-se sobre as questões últimas como a origem do universo, a existência de Deus, a estrutura das componentes últimas da matéria*” (*Ibidem*, 2016).

Desde a sua criação, a Organização das Nações Unidas (ONU) escutou por cinco vezes as palavras do Papa (*Ibidem*, 2017). Foi esta Igreja, liderada pelo Bispo de Roma, quem imprimiu a sua doutrina no mundo ocidental, cuja

influência se manteve, inegavelmente, ao longo dos tempos, transversal à evolução de qualquer estrutura política interna ou internacional. A importância atribuída atualmente à religião assume um novo patamar ao haver a necessidade de uma organização pluralista como a ONU recorrer às considerações do Sumo Pontífice.

Acresce o facto de na sua sede, em Nova Iorque, existir, de acordo com o testemunho do professor doutor Adriano Moreira, “*uma pequena sala despida de ornamentos, com um altar de pedra, sobre a qual desce um raio de luz, rodeado ele, encostados às paredes, de bancos simples, e que tem por nome Sala de Meditação para Todas as Religiões*”, a qual se deve ao sacrificado ex-secretário-geral, e Prémio Nobel da Paz em 1965, Dag Hammarskjöld (*Ibidem*, 2016).

1.1. Breve resenha histórica

Desde muito cedo que a religião desempenha um papel predominante nas sociedades europeias, sobretudo nas ocidentais. Se recuarmos à era medieval podemos observar que o poder era exercido conjuntamente por uma hierarquia política e religiosa, as quais funcionavam paralelamente e cujos poderes eram reconhecidos e respeitados.

O Papa exercia o seu poder através dos arcebispos e bispos que tinha a seu cargo os quais, por sua vez, exerciam o seu poder sobre os padres que pregavam aos demais crentes. À semelhança deste sistema, podemos dizer que os imperadores exerciam poder sobre os reis, que exerciam poder sobre os barões que, por sua vez, exerciam poder sobre os indivíduos pertencentes à sua comunidade, como se pode ver ilustrado na figura seguinte.

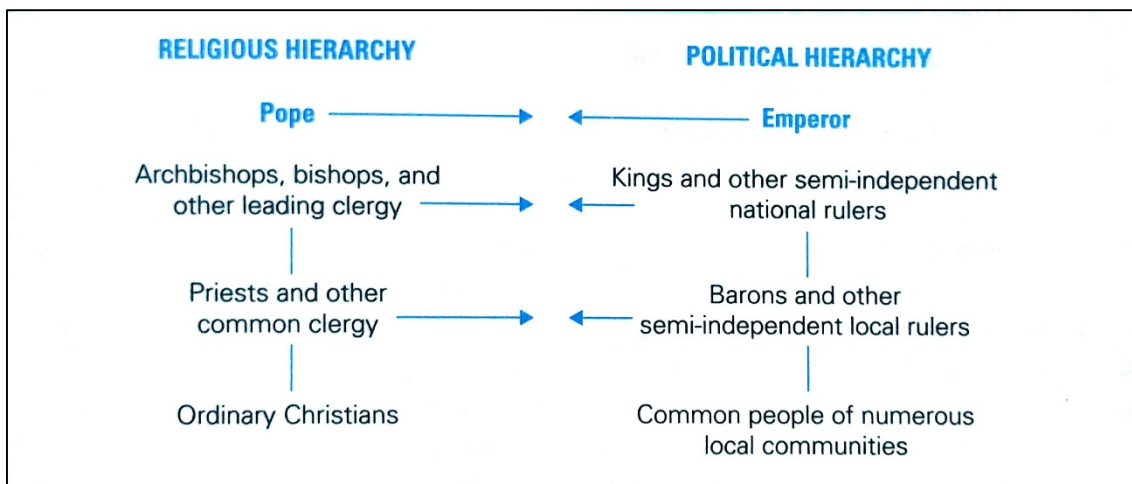


Figura 1 - A comunidade Cristã da Europa medieval (Jackson & Sørensen, 2010, p. 11)

Como afirmam Jackson e Sørensen, “a era medieval era marcada por uma considerável desordem, conflito, confusão e violência provocadas pela falta de uma delineação clara da organização e controlo territorial e política”. Esta desordem conduzia por vezes a confrontos entre civilizações religiosas como, por exemplo, “as cruzadas cristãs contra o mundo islâmico (1096-1291)”; a confrontos entre reis como “a guerra dos Cem anos entre Inglaterra e França (1337-1453)”; mas, muitas vezes também, “entre grupos de cavaleiros rivais cujos líderes tinham uma desavença” (2010, p. 11).

Devido à falta de uma soberania devidamente estabelecida, “a autoridade e o poder para entrar em guerra não era monopolizada pelo Estado: os reis não controlavam a guerra como mais tarde veio a acontecer”. A Paz de Vestefália (1648) veio conferir aos estados, e aos seus governos, a soberania que faltava para que pudesse existir uma hierarquia centralizada, de modo a evitar que fossem travadas guerras “por vezes em nome do Papa, por vezes em nome do Imperador, por vezes em nome do rei, por vezes em nome do mestre e (...) na maioria das vezes, em nome próprio” (Ibidem, p. 12).

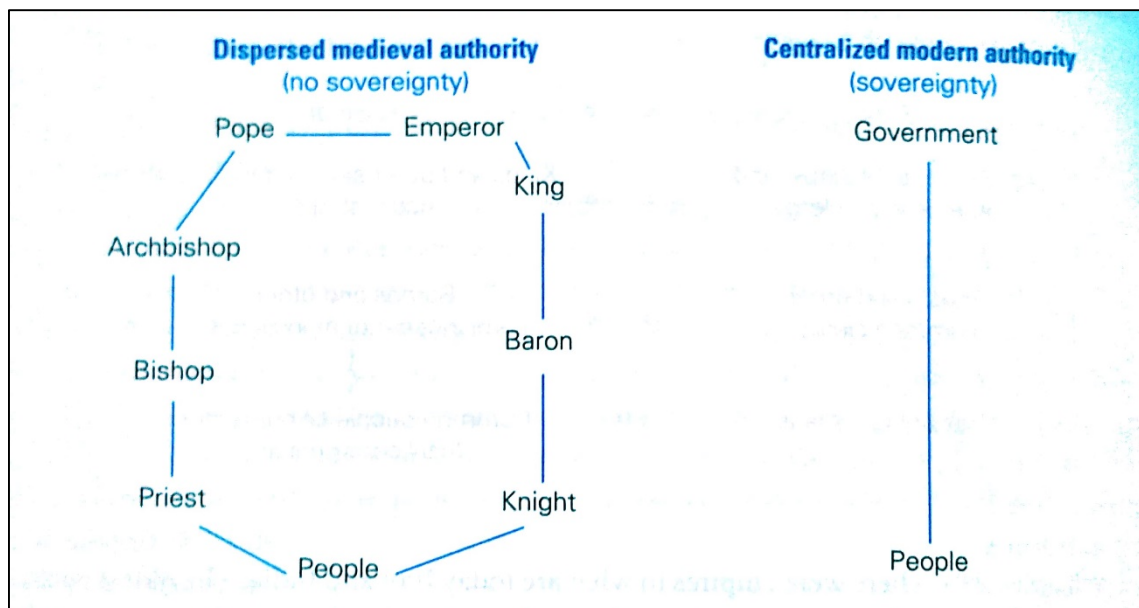


Figura 2 - Autoridades medieval e moderna (Jackson & Sørensen, 2010, p. 12)

Até ao surgimento da Paz de Vestefália não existia uma clara distinção entre a soberania religiosa e política (*vide* figura 2), pelo que, por vezes, eram travadas guerras em nome de interesses religiosos ou discordâncias políticas, nas quais participavam elementos de ambos os lados.

Na Europa medieval era difícil falar-se em RI, uma vez que “*não existia um controlo exclusivo do território, nem uma clara conceção de nação ou interesses nacionais.*” (*Ibidem*, pp. 11-12).

Importa compreender a importância dos atores das RI, os quais, nas palavras da professora Esther Barbé, podem ser definidos como as unidades “*do sistema internacional (entidades, grupos, indivíduos) que têm condições para a mobilização dos recursos que lhes permitem alcançar os seus objetivos, que têm capacidade para exercer influência sobre outros atores internacionais e que gozam de certa autonomia*” (1995, p. 117).

Inspirados por E. H. Carr, estudioso britânico da área de RI, na sua obra *The Twenty Years' Crisis* (1964), Jackson e Sørensen enunciam que “*deve-se assumir que existem profundos conflitos de interesses quer entre países, quer entre pessoas. Alguns países e algumas pessoas estão melhores que outras. Esses vão procurar preservar e defender a sua posição privilegiada. Os*

oprimidos procurarão mudar essa situação. As relações internacionais não passam, portanto, basicamente, de uma contenda entre os interesses e os desígnios contraditórios” (2010, p. 36). Esta perspectiva seria apelidada, pelo próprio E. H. Carr, como *realista*.

Os mesmos autores recorreram, ainda, à obra de J. Morgenthau, *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*, na qual este defendia, na mesma linha da perspectiva realista de Carr, que “*a natureza humana é a base das relações internacionais. Os humanos são egoístas e buscam o poder e que tal poderia facilmente resultar em agressões.*” A década de 1930 veio muito claramente dar razão a Morgenthau, com casos como os da Alemanha de Hitler, da Itália de Mussolini e do Império japonês a ganhar destaque.

No entanto, um outro fundamento da teoria realista tem por base a religião cristã. Os humanos, de acordo com a Bíblia, foram dotados do pecado e da tentação desde a expulsão de Eva e Adão do Paraíso. A este facto acresce que o primeiro homicídio da humanidade foi a morte de Abel pela mão do irmão Caim motivado exclusivamente pela inveja. Este exemplo serve de sustentação à perspectiva realista de que a natureza humana é simplesmente má (*Ibidem*, p. 36).

De acordo com Morgenthau, “*qualquer que seja o derradeiro propósito da política internacional, o poder é sempre o objetivo imediato*” (1960, p. 29). Também para o professor doutor Adriano Moreira (2005, p. 135), um realista como Morgenthau apenas consideraria duas soluções: *negociar* ou *guerrear*; porém concorda que independentemente das normas e leis instituídas pela comunidade internacional, uma grande potência determinada em alcançar um dado benefício, apenas será impedida por uma outra potência disposta a empregar a força.

Partindo do confronto entre os Aliados e o Eixo, Jackson e Sørensen mostraram, através do exemplo da Segunda Guerra Mundial, que de acordo com a teoria realista, foi utilizada a força como meio de tentar redesenhar o balanço internacional. Na perspectiva realista, perante a agressão armada por parte do Eixo, os Aliados apenas poderiam contra-atacar através do uso simultâneo da força no sentido de deter e defender ofensivas inimigas. O

simples empenhamento dos vários meios armados torna-se essencial na preservação da paz e na prevenção de conflitos armados.

Desta forma, esta perspectiva realista demonstra que não é possível tornar a “*selva num zoo*”, isto é, não é possível conter uma nação e isolá-la do contexto internacional, *vide* Alemanha Nazi (Jackson & Sørensen, 2010, p. 37).

Citando o professor doutor Adriano Moreira, “*um sistema internacional mantém-se funcional e equilibrado (...) se nenhum Estado poderoso tiver interesse em modificar o status quo: mudanças internas ou mudanças internacionais podem determinar uma rational choice individualista baseada na avaliação dos proveitos e dos custos.*” (2005, p. 67).

Assim, “*o realismo clássico de Carr e Morgenthau combina a perspectiva pessimista da natureza humana com a noção de uma política de poderes entre estados existente numa anarquia internacional*” (Jackson & Sørensen, 2010, p. 38).

Os autores referem ainda que “*o realismo não nega o papel das crenças religiosas e outras convicções ideológicas nas relações internacionais.*” (*Ibidem*, p. 259).

A emergência das normas e instituições religiosas na arena internacional tem vindo a ser acompanhada, porém, atualmente, não existem grandes exemplos de práticas e normas religiosas que desempenhem um papel relevante na cena internacional. A influência religiosa tem-se vindo a denotar de uma forma mais indireta, através da sensibilização dos vários líderes para questões como a ajuda humanitária, a justiça internacional e tolerância, igualdade entre géneros e raças (Haynes apud Jackson & Sørensen, 2010, p. 259).

Fruto dos acontecimentos mais recentes, mais concretamente desde o 11 de setembro de 2001, com o ataque às torres gémeas, a Santa Sé tem-se vindo a adaptar a um novo paradigma em que o seu peso, enquanto instituição, na vida internacional passa, por si só, a ser preponderante, deixando de se encontrar dependente do poder político como meio de gerar influência. A

instituição passa, assim, a ter uma nova definição internacional (Moreira, 2005, p. 148).

Desde cedo, a Santa Sé viu o seu poder e territórios de soberania serem-lhe retirados por via de revoluções liberais, como a Revolução Francesa. Era esta que, até então, em estreita ligação com o poder político, legitimava as ações dos príncipes e reis da época.

O Estado laicizava-se e afastava a religião do plano de intervenção nacional e internacional. Porém, após a guerra de 1939-1945, os papéis inverteram-se e foi a Igreja a separar-se do Estado e do poder político, não aceitando o patrocínio de nenhuma força partidária através de uma eventual identificação com a cultura cristã. Desde então a Santa Sé passou a definir-se como doutrineira de todos aqueles que a quiserem aproveitar, independentemente dos eventuais conflitos que possam existir, responsabilizando-se, cada um pelas opções e ações individuais tomadas (*Ibidem*, p. 152).

Também o professor doutor José Adelino Maltez, no seu livro intitulado *Curso de Relações Internacionais*, reforça a regressão e evolução do papel da religião no contexto internacional, afirmando que “a Igreja Romana (...) foi também um dos focos da elipse daquela res publica christiana que, durante séculos nos deu a unidade ocidental. E, apesar da Reforma, do iluminismo e do cientificismo, eis que a mesma instituição apareceu depois da Segunda Guerra Mundial como um dos principais sustentáculos de um projeto europeu marcado por personalidades de cunho democrata-cristão.” (2002, p. 178).

É através da doutrina pregada pelos seus representantes que a Igreja revela ter, conforme afirma o professor doutor Adriano Moreira, uma “voz *tribunícia*” capaz de mobilizar e animar forças sem nunca fazer parte integrante do conflito armado. Esta mesma Igreja procura agora mobilizar todas as confissões cristãs com o intuito de restabelecer a unidade perdida. O Vaticano toma frequentemente partido em questões internacionais humanitárias, doutrinando na cena mundial sobre assuntos como a paz, a pobreza, a desigualdade, a fome e as ameaças que espreitam uma sociedade atrasada na maturação dos seus valores éticos (Moreira, 2005, pp. 459-460).

A religião assume uma especial importância na estrutura das RI decorrente da sua “*vocação universal*”. É um valor que não olha a países, cor de pele, idade, género ou estatuto social. A sua transversalidade confere um carácter especial, uma vez que une “*comunidades do mesmo povo espalhadas pelo mundo*” (*Ibidem*, p. 603).

1.2. Âmbito do estudo

A religião encontra-se presente nas sociedades ocidentais há mais de dois milénios.

Posteriormente ao Tratado de Vestefália, datado de 1648, o fator religioso foi excluído da política internacional, marcando a entrada num período secular que viria a terminar apenas no final do século XX (Correia, 2014, p. 323). Por todo o mundo, assistimos a exemplos de sociedades que se encontram direta ou indiretamente, mais forte ou mais fracamente, conectadas à religião. Desde cedo que a religião assumiu as rédeas de um mundo desorganizado e assistiu ao seu crescimento. Sem surpresa, a religião acaba por, hoje em dia, ser encarada como um ator não-estatal, na esfera das RI, capaz de moldar valores, normas e práticas das várias sociedades (Wilkinson, 2007, p. 58).

Cada vez mais, o nosso mundo caminha, ou procura caminhar, para a globalização. Segundo Soares (2012, p. 47), a globalização define-se como um campo de estudo que focaliza a relação entre Estados e atores não-estatais, constituindo uma abordagem interdisciplinar que envolve aspetos políticos, históricos, económicos, sociais, etc..

Existem também mais definições, como a de Correia (2014, p. 325), que associa este conceito ao de “*aldeia global*”, podendo ser encarada como um processo económico e social, que estabelece uma integração entre os países e as pessoas de todo o mundo através de uma rede de conexões, que encurtam as distâncias, facilitando as relações culturais e económicas. Vários autores, nomeadamente Scott Thomas (2005, p. 29), consideram que este processo de globalização possa estar a mudar a paisagem religiosa do mundo.

Não se podem ignorar os contributos – igualmente, senão mais significativos – que ao longo da História as tradições religiosas têm prestado para a construção da paz. Tome-se como exemplo, nos últimos cinquenta anos, a atuação decisiva em função da paz de figuras oriundas dos mais variados quadrantes religiosos: desde o hindu, Mahatma Gandhi; ao pastor baptista, Martin Luther King; ao bispo anglicano, Desmond Tutu; ao sindicalista católico, Lech Walesa; do budista tibetano, Dalai Lama; ao muçulmano, Agha Khan; etc. (Stilwell, 1995, p. 60).

No final da guerra de 1914-1918, deu-se a afirmação do princípio ético no qual a uma nação deverá corresponder um Estado e nunca uma nação deverá preceder a um Estado. Este princípio foi acolhido com respeito, tendo resultado na queda de impérios europeus, como o Alemão, o Austro-Húngaro, o Russo e o Turco (Moreira, 2016, pp. 105-107).

Aproximar vários povos, com vários passados e diferentes culturas, é um processo complexo que abre portas a várias ameaças. Samuel Huntington, em 1993, veio incluir os conflitos identitários, dos quais faz parte o religioso, nas RI através da defesa da sua tese relativa ao *choque das civilizações*.

Como as religiões geram e transmitem um entendimento da realidade que, por ser tão radical, dá aos seus membros não só razões para viver, como motivos para os maiores gestos de abnegação e, nesse sentido, também razões para morrer (Stilwell, 1995, p. 61).

1.3. Definição do problema

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) identifica o terrorismo transnacional, a multiplicação de Estados frágeis e de guerras civis, o ciberterrorismo e os conflitos regionais como alguns riscos e ameaças à segurança global e nacional para os quais o nosso país se deverá preparar no ano corrente e nos anos vindouros (Conceito Estratégico de Defesa Nacional, 2013).

Na Europa, o perigo de alastramento do fundamentalismo religioso ameaça as sociedades desenvolvidas, levando o Ocidente a temer atos terroristas levados a cabo por fundamentalistas islâmicos, o que leva muitos a olhar, com desconfiança para um Islão que lhes é desconhecido (Stilwell, 1995, p. 66).

Desta forma, é natural que sendo dado foco, nos meios sociais, a atentados terroristas por todo o mundo, a opinião pública sobre religiões como o Islão, que hoje se vêem associadas a grupos como o autoproclamado Estado Islâmico (EI) e a *Al-Qaeda*, sejam marcadamente negativas, havendo um repúdio público de uma religião que é de facto desconhecida.

Acabam por, desta forma, cair no esquecimento as correntes e movimentos de renovação doutrinal, internas ao Islão, cujo intuito é a busca do aprofundamento das relações e entendimentos com outros povos e religiões, no sentido de uma coexistência saudável e pacífica (*Ibidem*, p.66).

Com a área mediterrânica mergulhada no turbilhão causado pela democracia inspirada no Corão, a eclosão do terrorismo através de eventos como o atentado às Torres Gémeas não tarda a tomar o seu efeito num Ocidente cada vez mais vassalo do credo do mercado, enquanto que grupos como a *Al-Qaeda* definem o seu conceito estratégico através da inclusão de valores religiosos, os mais determinantes das gentes (Moreira, 2016).

A segurança dos Estados do Ocidente revela-se frágil perante uma ameaça dispersa como é a que se vive atualmente. A atuação de lobos solitários leva à instalação de um medo constante e transversal às várias populações ocidentais, sendo a Europa, pela sua inerente proximidade à região

do Médio Oriente, aquela que mais vulnerável se encontra, como demonstram notícias recentes (Lusa, 2017) sobre ataques a capitais europeias:

Tabela 1 - Ataques às principais capitais europeias (Lusa, 2017)

Paris	07-09-2015	ataque ao semanário <i>Charlie Hebdo</i>
	13-11-2015	atentado na sala de concertos <i>Bataclan</i> e perto do estádio de França
	03-02-2017	ataque junto ao museu do Louvre
	20-04-2017	homicídio de polícia na Av. dos Campos Elísios
	18-08-2017	tentativa de ataque no aeroporto de Orly
Londres	07-07-2005	atentados nas linhas do metro
	22-05-2013	assassinato de um soldado
	22-07-2017	ataque terrorista junto do Parlamento britânico
Bruxelas	24-05-2014	homicídio junto ao museu judeu
	22-03-2016	atentados coordenados no aeroporto e estações de metro
Berlim	19-12-2016	atropelamentos no mercado de Natal
Madrid	11-03-2004	bombas em quatro comboios em hora de ponta
Amesterdão	02-11-2004	Theo Van Gogh, crítico do fundamentalismo islâmico, esfaqueado e degolado

Para além destas, também cidades europeias como Nice (2016), Toulouse (2012), Estocolmo (2017), Copenhaga (2015) e, mais recentemente, Manchester (2017) sofreram ataques.

Porém, a Europa não é a única sofredora, havendo inúmeros conflitos de cariz religioso e terrorista espalhados por várias zonas do globo como, por exemplo, no Afeganistão (fundamentalistas islâmicos/chiitas e muçulmanos moderados), Cachemira (muçulmanos – hindus), Timor (muçulmanos – católicos), Próximo – Oriente (judeus – muçulmanos), Sudão (muçulmanos – cristãos), Chipre (muçulmanos – ortodoxos) e Tibete (ateus – budistas), sem esquecer o terrorismo global, que não reconhece fronteiras, o que provoca vítimas para lá do Atlântico (Moreira, 2016). Veja-se, também, a título exemplificativo, a lista contida em anexo (*vide* figura A-1) dos vários conflitos religiosos ocorridos entre finais do século XX e século XXI – 2011 (Religious Tolerance, 2013).

Apesar do relatório do *Heidelberg Institute for International Conflict Research* (HIIC) mencionar todo e qualquer conflito existente a nível mundial, caracterizando-os relativamente à sua dimensão, violência e motivação, os critérios definidos não abrangem motivações religiosas, sendo estas integradas na categoria das motivações ideológicas ou relacionadas com o sistema.

No entanto, analisando a quantidade de conflitos que se sucederam, em 2016, na categoria supramencionada, pode-se verificar que existiram, a nível global, 16 conflitos de *alta intensidade*, 80 de *intensidade média* e 58 de *baixa intensidade* (vide figura B-2). Nos casos específicos de regiões como a Europa e o Médio Oriente, os dados são de 1 conflito de *alta intensidade*, 12 de *intensidade média* e 7 de *baixa intensidade* (vide figura B-3) e 8 conflitos de *alta intensidade*, 19 de *intensidade média* e 19 de *baixa intensidade*, respetivamente (vide figura B-4).

De acordo com a metodologia indicada no relatório, consideram-se conflitos de *baixa intensidade* as disputas e crises não-violentas; conflitos de *intensidade média* as crises violentas e conflitos de *alta intensidade* todo o tipo de guerras, limitadas ou não. No caso dos conflitos violentos (de alta e média intensidades), a classificação da intensidade destes é subdividida em dois grupos: o primeiro relativo aos meios utilizados no decurso do conflito, quantificáveis pela avaliação do total de pessoas ou armas empregues; o segundo relativo às consequências resultantes do conflito, mensuráveis pelo número de casualidades, refugiados ou migrantes internos de um país e grau de destruição a cada mês, sendo este divisível em quatro componentes essenciais à população: economia, infraestruturas, alojamento e cultura (Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2017).

O relatório mais recente do HIIK, publicado em 2018, refere que as intensidades dos conflitos registados em 2017 decresceram relativamente ao ano de 2016 a nível mundial. No que ao continente europeu concerne, o número absoluto dos conflitos registados manteve-se igual, porém houve 4 conflitos que escalaram de intensidade, como se pode ver pelos gráficos constantes no Anexo C.

Também no que diz respeito ao total de conflitos observados em 2017 na categoria de *Sistema e Ideologia*, a qual é pertinente para o tema em estudo, foram 148 os conflitos, divididos pelas 5 intensidades (Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2018).

Num artigo publicado em 2007 sobre Segurança Internacional, Monica Duffy Toft, afirmou que entre 1940 e 2000 existiram 42 guerras civis religiosas,

das quais em 34 existiam forças que se identificavam com o Islamismo, 21 que se identificavam com o Cristianismo e 7 com o Hinduísmo. A autora definiu guerras civis religiosas como qualquer conflito gerado por questões centrais ou periféricas de cariz religioso, sejam estas práticas ou crenças religiosas. De acordo com a professora Monica Toft, a razão pela qual a grande maioria das guerras civis religiosas tem participação de elementos afetos ao Islamismo deve-se à inexistência histórica de um extermínio religioso, como o que ocorreu na Europa na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), à proximidade geográfica aos locais sagrados islâmicos em Israel e grandes reservas de petróleo, bem como à *jihad* – característica fundamental do Islão (2007, p. 97).

Página intencionalmente em branco

2. Enquadramento ontológico

2.1. Objetivos da investigação

Objetivo geral

À luz dos mais recentes acontecimentos que atormentam o paradigma europeu suscita-se a relevância de estudar o fenómeno religioso e a sua possível associação aos mais recentes conflitos ocorridos no velho continente.

A crescente vaga migratória de países do Norte de África e do Médio Oriente, aliado ao aumento das suspeitas relativamente às motivações dos migrantes e ao aumento do número de atentados ocorridos e do quantitativo de mortos e feridos na sequência dos mesmos relevam a pertinência da escolha deste tema de estudo.

Desta forma, o objetivo a atingir com a presente dissertação é demonstrar que, na Europa do século XXI, a religião tem influência nos conflitos existentes, podendo ser usada como clivagem diplomática para a sua resolução.

Objetivos específicos

1. Averiguar, historicamente, se a religião teve um papel relevante no atual paradigma geopolítico;
2. Analisar a laicidade dos principais Estados desenvolvidos europeus;
3. Distinguir religião e fundamentalismo religioso;
4. Identificar conflitos de índole religiosa na Europa.

2.2. Justificação do estudo

A grande relevância do estudo do fenómeno religioso, bem como da sua influência nas RI está associada ao facto de este ser o mais antigo fenómeno social do mundo (Delfino, 2010, p. 5).

Talvez não seja inteiramente errado admitir que o 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América (EUA), teve uma influência apreciável nas atenções religiosas. Sendo uma importante influência nas áreas das RI, por ser um impulsionador de acordos políticos, com a nova introdução dos factos religiosos no fenómeno político da globalização (Moreira, 2017).

Apesar de existirem vários conflitos religiosos apontados em diversos relatórios do HIIK, em várias regiões do globo, a partir da década de 80 do século passado, são de destacar conflitos recentes como:

- Europa: na Bósnia e Herzegovina, entre militantes islamitas e o governo; na Sérvia, também entre militantes islamitas e o governo local, os quais perduram desde 2007.
- Médio Oriente e do Maghreb: no Egito, confrontos entre muçulmanos e cristãos marcam a rotina nesse país desde 1952, onde, também grupos islamitas se digladiam na Península do Sinai, desde 1992, com o governo local; o Líbano e a Síria são assombrados com confrontos provocados por grupos islamitas, desde 2006 e 2012, respetivamente.

Estes conflitos marcam o nosso passado e são transversais para o nosso presente, não se prevendo ainda o fim destes num futuro próximo. Esta é a principal motivação do estudo proposto com a presente dissertação. A procura de avaliar de que forma estes conflitos afetam o panorama mundial e moldam as RI, bem como de que forma são disseminadas a Palavra Sagrada e as motivações religiosas dão o mote para o estudo que me proponho a realizar. Desde atentados terroristas e fundamentalistas internos a atentados internacionais que podem tomar proporções como o ataque às Torres Gémeas, nos EUA, o mundo parece viver um período de instabilidade similar ao da Guerra Fria, havendo um medo generalizado presente nas sociedades, fruto da

incerteza do momento e local de um próximo ataque e da sua eventual magnitude.

A política acolhedora da Europa sem fronteiras vê-se, assim, confrontada com o risco de se tornar permeável a indivíduos que possam dar entrada no seu espaço territorial e, uma vez dentro deste, deslocar-se livremente, independentemente das suas intenções. O dilema sobre encerrar as fronteiras de um continente que não se encontra naturalmente isolado emerge, com países pertencentes à União Europeia (UE) a dividirem-se entre os que se encontram a favor e contra esta medida. O suspense criado em torno das eleições francesas veio acentuar a importância e pertinência deste tema, com dois candidatos de ideologias pró-europeístas e antieuropeístas a avançarem para uma segunda fase das eleições presidenciais, num país com uma influência incontestável na mesa de negociações europeia.

Concomitantemente, as eleições alemãs e, mais recentemente, as eleições italianas fizeram emergir a pertinência dos assuntos étnicos, raciais e religiosos, com a ascensão de partidos de extrema-direita a posições de poder, podendo colocar em causa o caráter solidário europeu pela mudança na forma de encarar a integração de refugiados e migrantes.

2.3. Delimitações do estudo

O estudo realizado no âmbito da presente dissertação de mestrado pretende incidir em acontecimentos do presente século, com foco naqueles ocorridos no continente europeu. Como tal, definiu-se como espaço geográfico de relevância para o estudo um conjunto de estados que incluem os 28 estados-membros da UE, a Suíça, a Noruega, a Bielorrússia, a Ucrânia, a Moldávia; os estados da zona dos Balcãs como, Bósnia e Herzegovina, Sérvia, Montenegro, Albânia, Macedónia e Kosovo e, também, os estados e principados de Andorra, Liechtenstein, Mónaco, Vaticano e São Marino. A estes, acrescem a Rússia e a Turquia, pois partilham fronteira com o restante continente europeu e, especialmente a última, é ponto de passagem de migrantes provenientes do Médio Oriente e do Norte de África.

Na figura abaixo apresentamos uma imagem ilustrativa do espaço geográfico considerado neste trabalho:



Figura 3 - Mapa da Europa (fonte: <http://www.enoestilo.com.br/mapa-da-europa-em-portugues/>)

Sempre que possível, e pertinente, procuraremos efetuar uma contextualização recorrendo ao passado relativo ao continente europeu.

Posteriormente focalizaremos os acontecimentos ocorridos nesta região quente do globo, no decurso do presente século.

O interesse último do trabalho será entender a forma como o mundo reage a estes acontecimentos e de que forma Portugal poderá ser afetado, quer pela sua localização geográfica, quer pelo seu passado e pelas suas alianças.

Considerando o tempo limitado para a execução do presente trabalho e atendendo, concomitantemente, à abrangência inerente ao tema escolhido será dado foco às religiões Católica e Islâmica no panorama europeu, reconhecendo, porém, não só a existência como a pertinência das restantes religiões que coabitam uma Europa cada vez mais poliglota.

Página intencionalmente em branco

3. Enquadramento teórico

3.1. Perguntas e hipóteses de investigação

Pergunta de partida

Poderá a religião, no século XXI, ter um papel predominante nas sociedades europeias, nos planos político, económico, cultural e social?

Perguntas derivadas

PD.1 – De que forma a religião se adaptou e resistiu à modernização/secularização das sociedades europeias?

PD.2 – Pode a religião constituir-se como fonte de legitimidade para conflitos armados?

PD.3 – Pode a religião intervir na resolução dos conflitos armados?

PD.4 – Estará o fenómeno religioso intimamente ligado aos recentes atos terroristas sentidos na Europa?

Hipóteses

H.1 – A religião exerce a sua influência através da sua massa de seguidores.

H.2 – Apesar da sua laicidade, os Estados europeus mantêm ainda uma ligação religiosa.

3.2. Concetualização operacional

Neste subcapítulo pretende-se aprofundar alguns conceitos pertinentes ao entendimento geral desta investigação, através da definição de termos que serão frequentemente utilizados ao longo do presente trabalho, bem como relacionando-os, sempre que possível, uns com os outros de modo a proporcionar um melhor entendimento do objeto em estudo.

Fundamentalismo

O autor Steve Bruce, na sua obra intitulada *Fundamentalism*, refere-se a este conceito como não sendo somente um movimento religioso, apesar da sua ideologia religiosa. *“Se fosse, seria de pouca relevância para alguém externo à tradição religiosa a que pertence. O que atrai a atenção de todos nós é o desejo de mudar o mundo e tal, comumente envolvia violência. No entanto, nem toda a violência é fundamentalista, nem todo o fundamentalismo é violento”* (2008, p. 7).

No entanto, quando associado a questões religiosas, caso de particular interesse para o tema da presente investigação, o fundamentalismo vê-se refém de um desenvolvimento do mundo a duas velocidades. Sociedades como as europeias, marcadamente associadas ao cristianismo, desenvolveram-se a um ritmo que o islamismo não foi capaz de acompanhar, em parte pela sua predominância em sociedades africanas e do Médio Oriente. O mesmo autor denota que *“o fundamentalismo islâmico do presente é, de certa forma, próximo das guerras religiosas europeias do século XVII”* (Bruce, 2008, p. 9).

Inicialmente o termo surgiu como forma de designar um movimento protestante americano, tendo sido conotado a um significado anti-modernista. Posteriormente o termo passou a ser usado para designar um determinado grupo de defensores do fim do mundo. Na realidade americana fundamentalista era alguém que defendia o fim do mundo antes do virar do milénio. Posteriormente, o termo adquiriu novo significado, passando a ser usado para identificar aqueles que, apesar das diretivas do Segundo Conselho

do Vaticano, em 1960, que incentivava as igrejas a usar a língua local, continuavam a fazer uso do latim.

Finalmente, após a revolução iraniana, a imagem de um fundamentalista começou a ser atribuída àqueles que levavam a religião muito seriamente, esperando políticas públicas que fossem ao encontro do código de conduta religiosa ou que pregavam um estilo de vida distinto. Tal como o termo *culto*, rapidamente o fundamentalismo ganhou um pesar pejorativo. De um modo geral, o fundamentalismo assenta na assunção de que qualquer texto está correto e sem qualquer erro (*Ibidem*, pp. 7-12).

Globalização

O conceito de globalização é recente. Anthony Guiddens refere que “há 30 anos, o termo *globalização* era praticamente desconhecido”, no entanto “a *globalização* é algo que tem vindo a decorrer ao longo de muitos séculos da história da humanidade”, não se restringindo “ao mundo contemporâneo” apenas. O surgimento deste termo reflete a evolução, cada vez maior e mais célere, dos processos de transferência de conhecimento a vários níveis, seja económico, científico, cultural, tecnológico, social, político, entre muitos outros que, após a “*explosão a que se assistiu nas comunicações a nível global*”, sobretudo no período que “*se seguiu à Segunda Guerra Mundial*”, vieram facilitar “a *transferência de informação pelo mundo inteiro.*” (2013, pp. 131-133).

Como “*movimento que está implantado e institucionalizado na sociedade contemporânea*” (Balão, 2014, p. 29), a globalização surge frequentemente associada exclusivamente a fenómenos económicos, potenciado pela discussão centralizada “*no papel das empresas transnacionais, cujas operações gigantescas ultrapassam as fronteiras dos países*” (Giddens, 2013, p. 131). Porém “*é errado pensar que elas por si só produzem a globalização*”, pois esta “*decorre da conjugação de fatores políticos, sociais, culturais e económicos.*” (*Ibidem*, p. 131).

Este conceito emerge recentemente fruto da vontade humana de querer superar a evolução natural dos acontecimentos. Assim, através do condicionamento dos instintos básicos, procura-se acelerar um processo

natural de condução para uma *“unidade política global”* (Balão, 2014, pp. 29-30).

A cada vez maior aceleração da intensidade dos processos de globalização torna este fenómeno cada vez mais pertinente na atualidade (Giddens, 2013, p. 132).

A reação a este fenómeno, o qual se tem vindo a mostrar ser uma referência, passa pela sua defesa e promoção, ou pela resistência e ataque ao mesmo (Balão, 2014, p. 30).

A globalização é, também, a noção da existência de um *“princípio segundo o qual o nós precede o eu”* e que questões ambientais *“como o aquecimento global do planeta, o buraco do ozono ou as chuvas ácidas, não podem continuar a ser vistos como problemas locais, (...) mas antes como problemas que afetam a humanidade como um todo.”* (Maltez, 2002, pp. 104-105).

Talvez a melhor forma de definir globalização é, tal como faz o professor doutor Adriano Moreira, chamar à *“Terra, casa comum dos Homens”* (Moreira, 2016, p. 241).

Religião

Este é um conceito difícil e controverso de definir. Uma das possíveis definições parte de Monica Duffy Toft no seu artigo *Getting Religion: The Puzzling Case of Islam and Civil War*, no qual a autora caracteriza este conceito como sendo *“inclusivo de vários elementos como a existência de uma crença num ser supernatural (ou vários); no qual existe comunicação com tal ser; em que existem realidades transcendentais como o paraíso e o inferno; dotado de uma clara distinção entre o sagrado e o profano; uma visão explicativa do mundo como um todo e do correto papel a desempenhar por uma pessoa neste; um código de conduta coerente com a visão do mundo; e uma forte ligação a uma comunidade através da adesão a estes elementos.”* (Toft, 2007, p. 99). Estes são aspetos transversais às várias religiões, os quais poderão ser entendidos como requisitos para se considerar uma religião.

Concomitantemente, as religiões abraâmicas (Judaísmo, Cristianismo e Islamismo) partilham ainda dois atributos cruciais: a rigidez de interpretação e

regulação da conduta dos crentes e a desvalorização do ser físico em detrimento do ser espiritual, potencialmente imortal. A compreensão destes atributos permitir-nos-á, posteriormente, aprofundar a problemática da dificuldade da criação de pontos de concórdia entre religiões, pontualmente exacerbadas por crentes fiéis a uma interpretação inflexível das Escrituras (*Ibidem*, pp. 99-100).

Secularização

O conceito de secularização remete ao passado em que personalidades como “*Marx, Durkheim e Weber acreditavam que um processo de secularização iria ocorrer*”. Do ponto de vista sociológico, a secularização é um conceito complexo, cuja medição não é meramente objetiva. Pode-se procurar justificar através do uso de dados como a frequência semanal à igreja, mas não se pode ignorar a componente subjetiva, de difícil medição, como o grau de influência social e o prestígio detido pelas igrejas. Existe ainda um terceiro fator a considerar, no qual é necessário não perder o foco da religiosidade, isto é, da crença nos valores pregados pela organização religiosa (Giddens, 2013, pp. 783-785).

A definição do termo secularização poderá remeter-nos para vários sentidos, desde a apropriação estatal dos bens pertencentes à Igreja, à criação de políticas de afirmação da neutralidade do Estado (secularização assume o valor de laicidade), não esquecendo o sentido social da descrença no fenómeno religioso o que, por via do declínio da frequência popular dos locais sagrados, pode conduzir à diminuição do protagonismo público das organizações religiosas (Castro, 2010, pp. 51-57).

De uma forma mais simplificada, pode-se entender “*por secularização o processo em que a religião perde a sua influência sobre as várias esferas da vida social.*” (Giddens, 2013, p. 783).

No entanto, torna-se imperativo distinguir secularização de laicidade e laicismo. Este último é, na sua essência, um extremismo da laicidade no qual existe uma política anticlerical e hostil vincada, sempre com o objetivo último da erradicação da religião da ordem pública. Por outro lado, laicidade é o retrato do afastamento que se tem vislumbrado entre Estado e Igreja, no sentido em

que, como advento da modernidade, e numa tentativa de integração e aceitação da diversidade, o Estado, ao tornar-se laico, distancia-se de qualquer religião, afirmando a sua independência e, apesar da não aceitação da intromissão desta última na esfera pública, permite e incentiva a existência e coexistência de várias confissões no seu território de uma forma não hostil, promovendo a tolerância e compreensão mútuas (Castro, 2010, p. 53).

3.3. Metodologia

Neste capítulo, pretende-se abordar o método de estudo que servirá de base para a investigação a que nos propomos, referindo qual o objetivo da investigação, a forma, a proveniência dos dados utilizados para suportar a investigação, a abordagem ao tema, as capacidades e limitações existentes no decurso do trabalho. A pesquisa realizada ao longo deste trabalho será definida, neste capítulo, de forma exata, detalhada e rigorosa, com vista a clarificar quais os parâmetros utilizados para processar a informação, desde o seu levantamento, até às conclusões que desta irão advir.

Dependendo do autor, as normas e regras dos procedimentos de tratamento de informação poderão variar de acordo com os métodos e as metodologias adotadas.

Segundo Miles e Huberman (1994, p. 18) o modelo de análise consiste num esquema teórico representativo de um fenómeno ou conjunto destes, porém, para Quivy e Campenhoudt, tal modelo consiste no prolongamento da problemática, composto por conceitos, dimensões e indicadores articulados entre si (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Uma conceitualização clara, na ótica de Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 142), é bastante importante, pois permite uma compreensão transversal independentemente do grau de entendimento do leitor relativamente aos conceitos enunciados, possibilita uma confrontação com investigações similares e garante uma melhor avaliação dos resultados obtidos, por via de uma melhor contextualização das variáveis e dos conceitos.

Na presente investigação pretende-se recorrer a variáveis de cariz dependente, permitindo uma avaliação objetiva e clara dos resultados, através do recurso a um método hipotético-dedutivo de análise de parâmetros quantitativos que possam, no final, possibilitar a formulação de conclusões elucidativas sobre o tema abordado (Sousa & Baptista, 2013, pp. 49 - 50).

O tipo de estudo a realizar nesta investigação será exploratório e preditivo, uma vez que, de acordo com Marshall e Rossman (1999, pp. 40 - 41),

um estudo exploratório tem por objetivo reconhecer uma determinada realidade deficientemente estudada, procurando levantar hipóteses de entendimento dessa mesma realidade e, um estudo preditivo, procura prever os resultados do fenómeno e prever os eventos e comportamentos deste.

Considerando o intuito da investigação em conhecer e compreender o objeto de estudo, limitando o número de sujeitos a avaliar durante um período de tempo prolongado e intensivo, o estudo a realizar caracteriza-se por ser fenomenológico (Sousa & Baptista, 2013, p. 64).

De denotar que a investigação não contempla a realização de qualquer entrevista, inquérito, questionário ou qualquer outro tipo de método de obtenção de dados primários, pelo que basear-se-á somente na análise documental através da consulta de dados bibliográficos ou estatísticos provenientes, principalmente, de bibliotecas e centros de investigação. O investigador encontra-se, portanto, afastado do objeto de estudo, não podendo exercer sobre este qualquer influência direta ou indireta, preservando-se, assim, a integridade dos dados recolhidos, bem como a validade das conclusões obtidas através da análise destes.

A análise dos dados obtidos é crucial para garantir a coerência e a validade de uma conclusão. Assim, há que proceder à verificação dos dados recolhidos através da averiguação da sua validade, relevância, especificidade e clareza, profundidade e extensão (Marconi & Lakatos, 2002, p. 97).

A escolha por uma abordagem quantitativa não retira, porém, o carácter fundamental da realização de uma correta análise de dados. Vários autores sugerem métodos distintos relativamente ao processo de análise dos dados. Uma vez mais recorremos a Miles e Huberman (1994, pp. 23-24) para melhor compreender o modelo por eles defendido, o qual apresenta três componentes: a recolha e redução dos dados, a organização destes e a interpretação/verificação das conclusões.

4. A secularização da Europa do século XXI

Previamente aos Tratados de Vestefália, a Europa era dominada por um poder conjunto e partilhado entre nobreza e clero. Porém, à medida que os séculos foram avançando, transformações sociais empurraram a religião para fora da esfera pública, negando assim o seu relevante papel social. Especificamente na Europa, os fatores económicos parecem ter maior preponderância na integração dos vários países, enquanto que a política aparenta propiciar a fragmentação (Mitri, 2007, p. 16).

A própria disciplina académica das RI relegou para segundo plano a religião, convicta de que o processo de secularização que o mundo ocidental atravessava iria remeter o fenómeno religioso para a esfera privada, deixando este de ser preponderante na vida pública das sociedades e, sobretudo, perdendo a sua influência política aos níveis nacional e internacional (Castro, 2010, p. 349).

Concomitantemente, por todo o mundo os interesses económicos e as rivalidades políticas e sociais sobrepunham-se às divergências religiosas como principais causas de vários conflitos. A religião via a sua influência cada vez mais reduzida impulsionada pela urbanização e modernização e pelo desenvolvimento das nações através de políticas secularistas, conduzindo estes fatores para um modelo de integração nacionalista, o qual tem prevalecido. Trata-se da elevação do conceito de cidadania enquanto elemento comum, transversal e identificador dos vários elementos de uma sociedade (Mitri, 2007, p. 25).

Dentro do cristianismo e do islamismo, a transmissão das mensagens religiosas sofreu, por força destas alterações sociais, uma transformação radical (*Ibidem*, pp. 25-26). Sobretudo no período pós 11 de setembro, temos assistido a uma crescente instabilidade no que à segurança concerne associada à intolerância religiosa.

O afastamento do fenómeno religioso da esfera pública conduziu a um aumento do número de ameaças à estabilidade social e à segurança. O reconhecimento da existência de um pluralismo religioso, aliado à promoção da

sua tolerância e convivência mútua constituem importantes pré-requisitos para a existência e conservação de uma sociedade estável e duradoura (Castro, 2010, p. 343). Esta convivência entre crentes de várias religiões e destes com não-crentes é um ponto crucial cada vez mais preponderante considerando o cada vez maior número de migrantes.

O ritmo acelerado com que povos de diferentes culturas e fés se cruzam e veem obrigados a conviver no mesmo território aumenta a preponderância do papel do Estado, bem como das várias organizações não governamentais de cariz religioso ou não religioso, na promoção de entendimentos e de uma coexistência pacífica e construtiva com vista a um futuro melhor, apelando aos valores transversais e comuns entre religiões (*Ibidem*, pp. 344-345).

O fenómeno da secularização na Europa contrasta com a realidade vivida do outro lado do Mediterrâneo. Atualmente, os países europeus, mais concretamente os pertencentes à UE, atravessam uma dificuldade conjunta na procura de responder o mais adequadamente ao fluxo migratório que se tem verificado. A criação de mecanismos capazes de providenciar asilo e conter a imigração dos últimos anos tem sido um fator cada vez mais discutido no seio da Europa.

De acordo com o Capitão-de-Mar-e-Guerra Manuel Amaral Mota (2015, pp. 971-974), o choque cultural sofrido por um migrante aquando da sua chegada numa sociedade europeia é uma das preocupações que cada vez mais deve ser tida em conta, por forma a evitar a formação de radicalismos ou extremismos que possam conduzir à realização de atentados, colocando a segurança interna em perigo. Para o autor é necessário distinguir, de entre os migrantes, aqueles que procuram asilo político, daqueles que procuram refúgio de conflitos armados, ou mesmo daqueles que são atraídos por melhores perspetivas económicas de vida. Para cada situação existe um conjunto de direitos, deveres e níveis de assistência distintos, os quais deverão ser corretamente aplicados conforme as diversas situações. No entanto, perante o fenómeno de migração mista do qual a Europa tem sido alvo, tal classificação tem-se verificado complexa.

A permanência de imigrantes nas sociedades europeias carece de uma aceitação das suas regras e costumes. Dependendo da sociedade europeia que se considerar é necessário atender a questões sociais como: o peso da religião na sociedade, as formas de adquirir nacionalidade, o reconhecimento e aceitação do multiculturalismo ou não aceitação deste, e as características específicas intrínsecas a cada nação.

Estes fatores, aliados às diversas etnias de muçulmanos europeus, são determinantes na caracterização e formação de minorias islâmicas, bem como na aculturação dessas e consequente construção de uma identidade. As oportunidades criadas para e por comunidades muçulmanas europeias depende, desta feita, dos mesmos fatores e, também, da tolerância e promoção da intervenção na vida política de elementos de diferentes crenças (Cesari, 2007, pp. 54-55).

Para a professora Andreia Soares e Castro torna-se imperativo, nas sociedades contemporâneas, “*o reconhecimento do papel público das religiões (...) por parte do Estado*”, procurando compromissos que visem garantir o “*respeito pela liberdade religiosa em sociedades cada vez mais multi-étnicas e multi-religiosas*” (2010, p. 332).

A modernidade, entendida como secularizada, e a religião não são conceitos antagônicos. A sua coexistência não só é plausível, como é aconselhada, uma vez que só através da percepção coletiva do poder de pacificação da religião é que se poderá extrair o máximo do seu potencial, procurando, através do respeito mútuo pelas diferenças, permitir o debate de temas que têm sido subjugados para a esfera privada, na tentativa de alcançar ideias comuns e extrair valores dessas mesmas ideias, promovendo-as no seio de uma sociedade.

É necessário alcançar um entendimento que “*não é nem exclusivamente secular, nem exclusivamente religioso, mas uma combinação complexa dos dois*” (*Ibidem*, p. 331). As religiões deverão ajustar-se às condições impostas pela modernidade, bem como deverão ser contributo essencial e necessário ao desenvolvimento dessa mesma modernidade.

A secularização veio dotar a Igreja de uma autonomia e independência que promoveu a legitimidade da ação desta em vários contextos de promoção da paz e repúdio de realidades não conformes com os valores morais por esta consagrados. De igual forma veio destacar a importância da reciprocidade da ação do Estado e da Igreja, os quais se devem ajudar mutuamente na busca do bem comum.

Através das manifestações públicas de apoio ou repúdio a políticas levadas a cabo por outros atores internacionais, a Santa Sé volta a conquistar o espaço que lhe é devido na esfera pública e, através deste, procura divulgar mensagens de paz e defesa dos direitos humanos, da liberdade religiosa e de culto e da defesa, promoção e aceitação da diversidade, apelando às populações para “*participarem na vida social e política do país de que são cidadãos*” (*Ibidem*, pp. 335-336).

Chamando a atenção para a efemeridade dos estados, das soberanias, das fronteiras estabelecidas entre países e de aparelhos políticos instituídos, o professor Adriano Moreira comprova a permanência, a transversalidade e a longevidade da religião destacando que o “*Império Romano, as autoridades feudais, o Estado plural, o Estado nacional, tudo apareceu e desapareceu ao longo dos tempos.*”. Na perspetiva do autor a “*Igreja (...) é mestra da exegese e pode variar na interpretação (...) mas é sempre da mesma doutrina que se trata, e não de qualquer mutável atitude ideológica para as diferentes conjunturas.*” (1979, p. 276).

A secularização é um processo que deve ser levado com o devido acautelamento. Considerando a longevidade religiosa referida anteriormente, o “*aparelho do Poder*” tem que ser consciente de que qualquer ordem que desafie a moral da confissão religiosa predominante da sociedade que tutela poderá surtir, nesta, uma resistência que coloca em risco a legitimidade e força desse mesmo aparelho.

Torna-se pertinente atentar na velha premissa encíclica, reiterada pelo professor Adriano Moreira, de que se deve “*dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César*” (1979, pp. 270-271), por forma a entender os limites de intervenção quer do aparelho político, quer das confissões religiosas.

O pressuposto de que “*as sociedades se tornariam secularizadas à medida que se modernizavam*” (Castro, 2010, p. 327) conduziu a um divórcio entre a ciência e a religião e, por conseguinte, limitou a mente humana a acreditar e debater, no espaço público, apenas aquilo que era tangível, esquecendo completamente o metafísico que, por séculos, impulsionou o desenvolvimento da civilização clássica, como é exemplo a grega, a qual não conhecia “*a distinção entre a esfera religiosa e a esfera política.*” (Moreira, 1979, p. 268).

4.1. A visão do Estado face à religião

Para os crentes, mais ou menos religiosos, a importância do respeito pelos mandamentos divinos e o seu cumprimento tem uma grande influência na vida privada da pessoa, mas também no seu comportamento público. Numa sociedade maioritariamente cristã, por exemplo, celebrações de datas como a Páscoa ou o Natal são comuns e algo que influencia a esfera pública.

A questão de como o Estado encara o fenómeno religioso é importante no sentido de entender de que forma o processo de secularização está, efetivamente, a afastar a Igreja da ordem pública.

A globalização permitiu uma cada vez maior diversidade cultural, promovendo um pluralismo religioso com o qual o Estado se vê forçado a mudar a sua natureza. O professor Adriano Moreira refere que “*na dolorosa tradição ocidental, a pluralidade de religiões levantou durante séculos a questão de cada uma excluir o convívio com as outras*” (Moreira, 1979, p. 269).

O Estado é o principal responsável por incluir ou repudiar a religião da esfera pública, tendo em consideração que a inclusão de uma religião específica poderá nutrir, face às restantes, uma potencial imagem de um inimigo.

A Igreja, outrora acostumada a ser elemento participativo na ação política, teve que aceitar a modernização das sociedades, sobretudo as ocidentais, respeitando os novos princípios de governação e reconhecendo o

direito ao livre exercício do culto. Porém, impossibilitada de participar diretamente na decisão política, incentiva os seus seguidores a tomarem ação sem receio, independentemente da fé que professam, procurando a aplicação dos princípios e valores pregados, com vista à evolução social. Apesar da aceitação do seu afastamento da ordem pública, a Igreja não cessa em condenar atitudes liberais que, no seu entender são inaceitáveis (*Ibidem*, pp. 271-273).

A laicização do Estado conduziu, por vezes, a um extremismo e hostilidade dirigida ao fenómeno religioso, com o laicismo a prevalecer, acrescentando ao argumento da separação de poderes (a já referida regra de “*dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César*”), o “*princípio de que a religião é o ópio do povo*” (*Ibidem*, p. 281), conotando pejorativamente a imagem da Igreja e, desta forma, ganhando fundamentos para justificar o afastamento religioso da ordem pública.

Desta forma, a religião necessita de se reinventar para sobreviver ao advento da modernização e manter o seu papel preponderante, quer no plano intraestadual, quer no plano das RI.

Existe uma discórdia relativamente ao impacto que a religião detém nos dias de hoje e ao seu desvanecimento fruto do processo de secularização de que têm sido alvo as sociedades europeias. Existem defensores da ideia de que a religião já não tem a mesma força que revelava anteriormente, enquanto que outros defendem que esta se mantém influente sob a forma de movimentos religiosos, os quais canalizam a religião para novas direções com as quais a sociedade mais facilmente se vê identificada (Giddens, 2013, pp. 783-784).

4.2. A religião na vida privada

Com o crescimento tecnológico e científico, aquilo que era considerado *mistério da fé* passou a ser logicamente explicado e, perante a existência de uma razão válida, compreensível e tangível, as pessoas começaram a

dependem e recorrem cada vez menos à religião para justificar aquilo que não conseguem entender. A frequência com que os crentes iam à Igreja diminuiu e a transmissão da crença entre gerações foi, também, desvanecendo, acabando por culminar numa sociedade que, apesar de ainda maioritariamente identificada com uma determinada religião, não a reconhece como importante na sua vida ou não a pratica, o que nos leva ao conceito de religiosidade (neste caso toma-se como a expressão direta da fé de um indivíduo).

Independentemente do grau de religiosidade, é inegável que “a importância das ideias religiosas é hoje inferior ao que era no mundo tradicional” (Giddens, 2013, p. 785). No entanto, se, à semelhança de Durkheim, observarmos a religião “como a representação das regras morais da sociedade” (*Ibidem*, p. 786), temos uma perspetiva distinta do efeito da secularização, bem como da forma como o fenómeno religioso se enquadra nas sociedades.

Através desta visão alternativa, o sociólogo Michel Maffesoli sugere que a modernidade teve um efeito nas sociedades que as fez regressar a uma era tribal. Não obstante, o tribalismo atual defendido por Maffesoli baseia-se na união de pequenos grupos de pessoas em torno de gostos comuns. Estas *neotribos*, como o autor lhes chama, são frágeis e efémeras, pois um indivíduo facilmente se retira de uma tribo e se insere noutra. No entanto, a existência destes grupos é prova de que o ser humano necessita de estar inserido numa comunidade, ainda que pequena, com interesses comuns, numa espécie de “contrato social e de interação”, o que vem contrariar a perspetiva secularista de um individualismo crescente (*Ibidem*, pp. 786-787).

A religião, da forma tradicional como a conhecemos, está a deixar de existir na maioria dos países ocidentais. A forma como as pessoas encaram a religião tem-se alterado. Enquanto que uns optam por professar a sua fé de modo privado, não frequentando os locais sagrados, outros não veem sentido em pertencer a uma confissão e outros ainda optam por professar a fé da forma clássica.

A secularização trouxe, portanto, às diferentes sociedades, diferentes formas de encarar a religião. As gerações mais recentes nascem, à partida,

afetas a uma religião com a qual os seus progenitores se identificam, podendo, mais tarde, optar por converter-se a outra, permanecer na mesma ou praticar o ateísmo. Cada vez mais temos assistido ao fenómeno de “*acreditar sem pertencer*”, isto é, um indivíduo pode-se identificar com uma religião e não ser praticante.

O emergir de novos grupos religiosos põe à disposição da sociedade um leque de diferentes perspetivas religiosas. Estes novos grupos religiosos podem ter origens próprias ou ser baseados em religiões já existentes. Alguns sociólogos desafiam a conceção clássica do monopólio religioso, propondo uma perspetiva economicista.

Nesta nova perspetiva as religiões competem entre si para angariar mais seguidores. À semelhança do que se sucede no plano económico, entre empresas, a concorrência entre religiões vai forçar a criação de novas alternativas. Um indivíduo, assim, poderá optar por uma crença mais personalizada com os valores que defende.

Desta forma, o número de seguidores de uma religião em particular poderá diminuir, porém o fenómeno religioso não só não desvanecerá, como, fruto de uma maior oferta confessional, irá até aumentar. Como afirma Anthony Guiddens, “*mesmo se as formas tradicionais de religião estão a regredir, a religião continua a ser uma força importante no nosso mundo social*” (2013, p. 798).

É necessário ter em consideração que esta visão economicista da religião abre portas ao surgimento de grupos fundamentalistas no sentido em que são alternativas extremistas que refletem o descontentamento face ao processo de secularização (*Idibem*, pp. 796-799).

4.3. A secularização e o fundamentalismo

Os acelerados efeitos sentidos fruto do processo de modernização das sociedades conduzem a reconstruções de tradições e valores, éticas e morais

que, quando feitos em pressa, podem-se tornar extremistas. À construção radical da sociedade chamamos fundamentalismo.

A modernização das sociedades, especial e primeiramente as do Ocidente, veio alterar o paradigma de vida das populações através da fragmentação de instituições sociais; da separação das esferas pública e privada, com a primeira a caracterizar-se por uma racionalidade e a última por discriminatória, pois nesta englobam-se a família e os amigos, por exemplo; da especialização do conhecimento obtido, com o surgimento de profissões mais dotadas e capazes de executar funções sociais anteriormente praticadas pelos membros do clero, como a educação; e a diferenciação entre funções sociais que é a principal promotora da estratificação da sociedade por classes motivada, acima de tudo, por questões económicas (Bruce, 2008, pp. 15-17).

O fundamentalismo religioso surge como uma resposta cega à modernidade, desafiando e negando as premissas seculares emergentes e defendendo a interpretação e aplicação literal dos ideais transmitidos nas escrituras sagradas (Giddens, 2013, p. 800). A invasão dos valores seculares às realidades não-ocidentais teve como resposta a formação de grupos fundamentalistas opositores aos valores transmitidos pelas sociedades ocidentais, afetando sobretudo as comunidades islâmicas, mesmo as inseridas em sociedades ocidentais. Desta forma o *“fundamentalismo islâmico é a resposta quer à modernização das sociedades islâmicas, quer à influência ocidental.”* (Bruce, 2008, p. 39).

Apesar da oposição do fundamentalismo religioso à modernização, tal não significa que os fundamentalistas não se adaptem às novas formas de comunicação e divulgação de mensagens e outros conteúdos de propaganda. De facto, sendo um *“fenómeno relativamente novo (a expressão passou a ser de uso comum nas duas ou três últimas décadas)”*, os fundamentalistas recorrem frequentemente às redes sociais, à televisão, à *internet*, seja pela criação de *websites* ou pelo uso de correio eletrónico, para fazer chegar a sua mensagem aos demais devotos da mesma crença. O fundamentalismo vem opor-se, em grande medida, aos novos valores globalizados, procurando conservar e reimplantar as tradições mais clássicas (Giddens, 2013, p. 801).

“Nos últimos 30 anos (...) duas das formas mais proeminentes do fundamentalismo religioso (...) cresceram em força, moldando os contornos da política nacional e internacional” (Ibidem, p. 801), são elas o fundamentalismo islâmico e o cristão.

O fundamentalismo islâmico deriva de um movimento de revivalismo promovido na sequência da retoma europeia de territórios como Espanha, Grécia e Jugoslávia e, também, da conquista de territórios no Norte de África aos muçulmanos por vias dos séculos XVIII e XIX (*Ibidem*, p. 801).

Perante a incapacidade islâmica em resistir às conquistas e aculturação ocidental, começaram a emergir *“movimentos de reforma que procuravam restaurar a pureza e a força originais do Islamismo” (Ibidem, p. 802).* O desenvolvimento dos ideais reformistas conduziu à Revolução Islâmica no Irão do final do século XX, com Ayatollah Khomeini a surgir como figura relevante. O objetivo era implementar a lei islâmica – Xária¹ – de acordo com o consagrado, tradicionalmente, no Alcorão.

Internamente, existiam grupos divergentes na sua perspetiva de futuro para o revivalismo islâmico, os radicais, os conservadores e os pragmáticos. Os primeiros apoiavam um aprofundamento da revolução e o seu alargamento para outros países; os segundos pretendiam a estagnação da mesma, pois já haviam extraído benefícios desta; os últimos apelavam a reformas do mercado e aberturas económicas e comerciais para o estrangeiro, opondo-se, também, às políticas mais extremistas dirigidas às mulheres, família e sistema legal em geral. Porém, transversal a todos os fundamentalistas islâmicos é o sentimento de oposição para com o comportamento e os ideais ocidentais (*Ibidem*, p. 803).

O conflito religioso vivido durante a década de 1990 na antiga Jugoslávia, os ataques terroristas às Torres Gémeas e ao Pentágono, a 11 de Setembro de 2001, e a intromissão norte-americana no Iraque, em 2003, são provas de que, mais que um choque ou confronto entre nações, existe, atualmente, um choque civilizacional que opõe atores transfronteiriços e que,

¹ *“Lei islâmica baseada no Alcorão e na Sunna, (...) exemplo sagrado para a vida islâmica” (Silva, 2011, p.111)*

tal como defendeu Samuel Huntington, em 1996, irá dominar as RI por oposição à clássica interação entre estados-nação (*Ibidem*, pp. 803).

O fundamentalismo cristão, por sua vez, deriva da ideia de que o conteúdo da Bíblia deverá ser entendido como um guia prático aplicável à política, governação, questões familiares e restantes assuntos da vivência humana. A aplicação, na vida pessoal, dos ensinamentos transmitidos pela escritura reflete, no entender dos fundamentalistas cristãos, a “*possibilidade de salvação da alma através da aceitação de Cristo como salvador pessoal*” (*Ibidem*, p. 804).

Este fundamentalismo é a materialização da atitude de oposição à crise moral que se atribui como consequência da modernização, em que os valores tradicionais de família e da moral e comportamento cristãos se desvanecem.

Cada vez mais, por força dos valores inerentes aos processos de globalização e secularização, o diálogo assume um papel preponderante como promotor da tolerância, quer ao nível religioso, quer ao nível político e social.

A abertura da sociedade para novas formas de interpretação e conceção do mundo que nos rodeia serão cruciais no desenvolvimento e evolução do paradigma em que pretendemos viver (*Ibidem*, p. 806).

Página intencionalmente em branco

5. A influência religiosa nas sociedades europeias

Por todo o mundo, existem várias religiões instituídas. O cristianismo, por exemplo, contava, em 1997, com cerca de 1,8 mil milhões de seguidores, e o islamismo com cerca de mil milhões (Boniface, 1997, p. 291). Mais recentemente, em 2015, a distribuição dos três maiores grupos religiosos era a seguinte: 2,3 mil milhões de cristãos, 1,8 mil milhões de muçulmanos e 1,2 mil milhões de ateus, estes últimos apesar de não religiosos ultrapassam o hinduísmo com mais 0,1 mil milhões de seguidores (Pew Research Center, 2017, p. 8).

As duas maiores religiões subdividem-se em várias, as quais divergem na interpretação dos textos sagrados. O cristianismo divide-se na igreja ortodoxa e no catolicismo, sendo este último dividido em várias igrejas protestantes. Já o islamismo divide-se em sunitas, xiitas e ibaditas, entre outros. Cada religião tem a capacidade de influenciar o poder político ou, até mesmo, desempenhar um papel político, podendo “*aparecer como uma ideologia de grupo ou de Estado*” (Boniface, 1997, p. 295).

A religião pode denominar-se de Estado, se as prescrições da mesma forem lei num país, se esse Estado não reconhecer outras comunidades religiosas e se nela encontrar fundamento. Por oposição, um Estado laico é aquele que não privilegia nenhuma religião e a procura remeter para a esfera privada, afastando-a dos planos político e público. Dá-se, assim, a separação entre religião e Estado.

A revolução islâmica, integrista da unidade da fé e rituais antigos, “*constituiu uma violenta reação popular à política de modernização*”, a qual aceita os valores de “*liberdade de pensamento, diálogo com outras religiões, considerações sociais*”, entre outros valores defendidos pelo fenómeno da secularização (*Ibidem*, pp. 292-296).

Desta feita, não raramente a comunidade islâmica é vista como diferente aos olhos dos europeus não muçulmanos, sendo frequentemente culpados por distúrbios e agitação sociais (Al-Azmeh, 2007, p. 212).

Por vezes são exigidas às comunidades islâmicas europeias padrões europeus que os próprios europeus não cumprem. Os últimos exigem aos primeiros uma tolerância religiosa que eles próprios não praticam, o que se pode verificar pela desigualdade de tratamento existente em alguns países no que concerne às diferentes religiões. Concomitantemente, a questão da tolerância religiosa torna-se cega perante as intolerâncias nacionais e étnicas resultantes da cultura europeia e apoiadas pelas políticas e leis dos demais países (Nielsen, 2007, p. 36).

A história entre Cristãos e Muçulmanos é longa, tendo conhecido vários episódios de rivalidade e guerra, os quais frequentemente ofuscam demais encontros ricos e férteis nos campos ideológicos e da paz. Tarek Mitri afirma que *“a história islâmica é testemunha da capacidade de convidar e integrar contribuições múltiplas que os cristãos se encontravam dispostos e ansiosos por oferecer”* (2007, p. 18). Desta forma, não obstante as limitações impostas a nível jurídico e político, a troca de ideias entre diferentes religiões, nos campos científico e filosófico, tornava-se possível quer na forma de diálogo, quer de forma apologética.

Este passado reflete-se nos dias de hoje, com países em que cristãos e muçulmanos, por força de uma sólida relação estabelecida ao longo de séculos, são próximos. Porém, noutros casos, o emergir de movimentos de autoafirmação étnica e popular sobrepôs-se a um longo e histórico passado, destruindo as raízes culturais nacionais. Mesmo em casos de rivalidade e guerra, muitos deles resultantes em confronto militares (como as Cruzadas) sentimentos de dúvida, curiosidade e admiração continuaram a pautar as relações entre religiões, permanecendo na memória coletiva o confronto em detrimento do resto.

Ambas as religiões foram importantes e coexistiram durante séculos no continente europeu, desde o Império Romano até ao Otomano, passando ainda pelo Bizantino. Apesar da presença do Império Otomano na Europa, durante vários séculos, o cristianismo não foi erradicado, antes pelo contrário foi permitida a sua existência pacífica através da sua inserção num sistema desenhado pelo Império, no qual a autoridade central lhe pertencia, mas as autoridades locais seriam independentes entre si.

Apesar da sua não erradicação, o cristianismo encontrava-se tutelado pelo Império Muçulmano e, perante tal facto, aos poucos começaram a focar-se no seu desenvolvimento e criatividade, conduzindo as conquistas culturais a um estado de preservação. Aos poucos foram crescendo sentimentos de marginalização e identificação dos cristãos como inimigos muçulmanos.

O constante sentimento de auto-preservação levou a que estados cristãos, fechados em si mesmos e apoiados por outros estados europeus, iniciassem processos de emancipação, alterando gradualmente a balança do poder do Império Otomano (*Ibidem*, pp. 18-20).

A abertura da religião cristã a influências ocidentais (às quais o mundo islâmico se encontrava fechado) modificou a relação existente entre maioria e minorias, bem como a aceitação cultural ora existente. A aculturação ocidental fez com que as comunidades cristãs passassem, de forma abrupta, de uma aceitação passiva do sistema islâmico vigente para uma estratégia de separatismo militante nacionalista.

Ainda assim, vários casos houve de países em que cristãos moderados procuraram a construção de uma nação conjuntamente com outras religiões. O pacto de cidadania sobrepôs-se ao sistema islâmico, aceitando como elemento da nação qualquer pessoa que se integre nos valores da nação, não obstante a religião com a qual se identifica. Tudo isto, nalguns casos, levou à proliferação de sentimentos anticristãos no seio do mundo Árabe (*Ibidem*, pp. 20-21).

Tarek Mitri (2007, p. 27) considera que no mundo islâmico, o Ocidente, visto como inimigo dos valores praticados, é considerado “*egoísta, materialista e dominador*”, ao passo que, no mundo ocidental, o mundo islâmico é percecionado como sendo “*irracional, fanático e expansionista*”.

Pensamentos como este, com as suas respetivas expressões de várias formas, são responsáveis pela criação de antagonismos. Comummente, tensões entre cristãos e muçulmanos reanimam o fenómeno religioso, o qual coloca sérios desafios à relação entre comunidades. A complexidade do antagonismo existente entre o Islamismo e o Ocidente destaca problemas como o poder dos estados, a aceitação dos migrantes e a sua inserção social, bem como o poder, condições e tratamento conferido às minorias étnicas que

se vão instalando na sociedade, em detrimento dos problemas frequentemente exagerados do terrorismo, hegemonia e ameaças externas.

A capacidade de uma religião moldar uma civilização assume grave preponderância nas RI, atendendo ao fenómeno da globalização, no sentido em que não se trata somente do choque entre crenças, mas de um choque de ideologias, seja a um nível político, cultural ou social.

A partir do momento em que a religião seja usada como pretexto para justificar uma ação, no contexto pós-Guerra Fria, aumenta a probabilidade de se caminhar para um contexto de guerra.

A política mundial vê-se, desta forma, condicionada pelos antagonismos ideológicos existentes num mundo cada vez mais globalizado (*Ibidem*, pp. 27-28)

A Europa, mais especificamente a UE, pela proximidade e fronteiras abertas e partilhadas entre Estados-membros, é um exemplo perfeito da necessidade de ponderar a reação a todo e qualquer incidente que, direta ou indiretamente, tenha relação com a religião.

Atendendo ao efeito borboleta, existe o receio de que uma mera inimizade entre religiões num local do mundo possa vir a tornar-se um conflito noutra local. A forma como cada estado lida com a situação pode determinar o bem-estar da sociedade, considerando ainda a sua vizinhança. Não podemos esquecer, por exemplo, o ataque ao clube *Bataclan* em Paris, cujos autores fugiram para Bruxelas. Apesar do ataque ter ocorrido em solo francês, competia às autoridades belgas efetuar a captura dos fugitivos. A atitude da Bélgica, caso não congruente com as expectativas francesas, poderia condicionar as relações diplomáticas entre os países.

As relações religiosas entre muçulmanos e cristãos são em grande parte influenciadas pelo território, cultura e história partilhada que se esteja a considerar. Na grande maioria dos casos as relações funcionam no sentido da procura da pacificação de conflitos e entreajuda à sociedade. Porém pode, também, facilmente ser utilizada como pretexto para alavancar diferenças entre partes sem que o fator religioso seja uma das principais razões (*Ibidem*, p. 32).

5.1. A visão pós 11 setembro

Os ataques terroristas em Nova Iorque, do dia 11 de setembro de 2001, empurraram a religião de novo para a ribalta, infelizmente, não pelos melhores motivos. O virar do século (e do milénio) ficará para sempre marcado por este evento, o qual mudou o paradigma mundial no que à religião concerne.

As migrações que já se faziam sentir para a Europa trouxeram um grande número de muçulmanos, os quais procuravam ajustar-se à filosofia modernista dos países de destino enquanto, paralelamente, faziam um esforço por não abandonar a sua cultura, procurando conciliar ambas as realidades.

A política bicéfala americana (*if you are not with us, you are against us*) aumentou a diferenciação interna islâmica, separando os conservadores (fundamentalistas) dos moderados (liberalistas), forçando os últimos a tomar posições defensivas nas discussões sobre as ideias de democracia islâmicas (Nielsen, 2007, pp. 43-44).

Também, na Europa, o discurso sobre terrorismo, segurança e imigração foi afetado, sobretudo em países como Áustria, Dinamarca, Alemanha e países do sul da Europa, onde Portugal também se insere.

Como forma de reação ao sucedido foram aprovadas leis, ainda no ano de 2001, na Alemanha e na Grã-Bretanha, por exemplo, que aumentavam o orçamento das forças de segurança e restringiam a liberdade pública, através do aumento da permeabilidade de acesso aos dados dos cidadãos por parte das autoridades.

Em França, leis antiterrorismo, com vista ao aumento da segurança interna, repercutiram-se em atitudes de ostracismo perante jovens muçulmanos (particularmente habitantes de subúrbios pobres). Jocelyne Cesari alerta para o facto de “*as consequências de tais leis*” poderem “*resultar num aumento do uso reativo e defensivo do Islão*” (2007, p. 61).

Após os ataques ocorridos em Londres, a 7 de Julho de 2005, a comunidade muçulmana no Reino Unido prontamente se manifestou distanciando-se dos ataques ocorridos e acrescentando que nenhum dos

autores teve o apoio ou pertencia a essa mesma comunidade. No entanto, apesar do sucedido, a comunidade foi pressionada no sentido de enfatizar o seu compromisso à pátria, privilegiando esta sobre as suas crenças (Nielsen, 2007, pp. 43-44).

Os mais recentes resultados políticos aos quais temos assistido um pouco por toda a Europa são ilustrativos da desconfiança generalizada que se tem vindo a instalar relativamente às comunidades muçulmanas. A extrema-direita tem vindo a ganhar peso no cenário político, com exemplos como os da França e da Alemanha, denotando-se um claro sentido nacionalista na sociedade europeia.

Não podemos esquecer que, ao contrário do que aconteceu com a religião cristã, o islamismo não foi sujeito aos valores e a todo o processo de secularização pelo qual o mundo ocidental, e mais especificamente a Europa, passaram.

Provenientes de países marcadamente religiosos, os migrantes muçulmanos na Europa debatem-se com a necessidade de se acostumar aos valores das sociedades secularizadas europeias, ao mesmo tempo que procuram preservar os valores afetos às suas crenças, procurando, os mais moderados e progressistas, criar oportunidades para o diálogo e o desenvolvimento.

Tariq Ramadan afirmou que *“antes de se discutir os aspetos secundários da legislação islâmica, é imperativo proteger os cinco elementos principais (...) nomeadamente: religião, vida, intelecto, linhagem e propriedade.”* Tendo sempre como fim último *“moldar a identidade euro-islâmica, retirando-a da crise”* não se pode deixar de *“compreender as prioridades islâmicas e (...) aquilo que é sujeito a mudanças e adaptação”* (1999, p. 101).

O autor dinamarquês Vilhelm Grønbech, acrescenta ainda que *“as culturas mais férteis existem onde as pessoas se encontram. Não são as populações puras e homogêneas que dominam a história, mas precisamente aquelas onde diferentes pessoas, culturas e ideias se fundem”* (Sheikh, Alev, & Malik, 2003, p. 253).

A difusão de ideias é cada vez mais fácil atualmente graças ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC), as quais nos colocam a cada instante a um clique de distância de qualquer parte do mundo.

O acesso à informação é cada vez menos restrito e mais célere, no entanto a informação existente nos diversos canais, sobretudo na *internet*, nem sempre é verificada e as fontes dessa mesma informação nem sempre são as mais credíveis, podendo, em último caso, existir informações antagónicas dependendo da fonte consultada. Se não existir um escrutínio exemplar da pessoa que busca a informação, pode-se facilmente incorrer numa falsa interpretação ou falso julgamento dos factos.

A religião não é alheia ao progresso. Esta faz uso dos vários meios de comunicação para difundir a sua mensagem aos fiéis seguidores.

A “*religiosidade eletrónica*”, como Cesari refere, contribui para a expansão global das religiões, mais especificamente do Islão, através de vídeos, programas de televisão e, acima de tudo, da criação de *websites*. Estes últimos são responsáveis por abrir discussões, através da criação de fóruns de participação aberta, com vista ao desenvolvimento da cultura religiosa e à criação de alternativas ao entendimento religioso radical. A abertura destes meios a toda a comunidade vem afetar o discurso religioso, uma vez que retira aos líderes religiosos a exclusividade das decisões relativas ao sagrado (2007, p. 58).

5.2. O islamismo na Europa

Sabemos que a população europeia está a mudar rapidamente, com tendência a tornar-se cada vez mais afeta à religião islâmica. Como resultado dos ataques terroristas de 11 de setembro, entre outros que afetaram o território europeu, tem-se desenvolvido um sentimento de xenofobia dirigida à população muçulmana que habita na Europa. Torna-se, desta forma,

importante compreender de que forma a população migrante se identifica com a religião.

A Europa, desde a queda do império Otomano, bebeu da experiência do Ocidente e iniciou o seu processo de secularização. O cristianismo (religião mais presente no continente) viu-se forçado a adaptar-se a novos valores sociais, fruto da religião ter sido relegada para a esfera privada.

O islamismo, por sua vez, não se viu forçado a passar por este processo e, fruto disso, conserva uma perspetiva de intervenção na vida pública que não é coerente com os valores europeus. De acordo com Francisco Gonçalves podemos caracterizar a população muçulmana em duas categorias distintas: os “*muçulmanos sociológicos*” (2011, p. 56) e os islamitas radicais.

Os grupos atualmente instalados na Europa, bem como os já existentes em outros locais, competem pelo controlo dos muçulmanos sociológicos europeus, procurando mobilizar estes através da ideia de, como afirmou Yusuf al-Qaradawi, “*conquistar o Ocidente não pela espada, mas pela razão*” (Brown, 2005, p. 9).

A busca dessa *conquista* do Ocidente resulta na tentativa de apelar àqueles que habitam na Europa e partilham uma Fé comum para fazer crescer e implementar os valores da Xária, sobrepondo-os aos valores europeus já instituídos. De acordo com Gonçalves (2011, pp. 57-58) “*esta suposta não-violência (...) torna difícil combater estes grupos [extremistas] e as ameaças que põem às democracias liberais. Isto leva alguns setores da opinião pública europeia a rotularem diversos membros (...) como <<moderados>> (...) o que só acontece devido ao facto de desconhecerem quer a ideologia do Islamismo Radical, quer o modo como esta se manifesta*”.

Aqueles que se opõem aos ideais do mundo ocidental procuram moldar os outros, mais moderados, que se acostumaram a esses mesmos valores, argumentando que a secularização, a igualdade de géneros e de etnias são valores antagónicos aos valores islâmicos e que, considerando o crescimento demográfico, a Europa devia reger-se pelas leis da Xária, pois não é mais “*o mundo da guerra, mas o mundo do Islão*” (*Ibidem*, p. 60).

Estas reivindicações tornam-se ainda mais pertinentes sempre que surgem ameaças de desrespeito das estruturas democráticas verticais ou horizontais, nomeadamente à autoridade do Estado e ao respeito mútuo pelos demais cidadãos (Gonçalves, 2011, pp. 55-65).

5.3. O desenvolvimento demográfico europeu

Um relatório publicado pelo *Pew Research Center*, a 29 de novembro de 2017 mostra a percentagem de população muçulmana, por país da UE, anexando a Noruega e a Suíça (dados constantes no Anexo E).

Os dados reais apresentados são referentes ao ano de 2016, existindo ainda três projeções do desenvolvimento da população muçulmana europeia, para o ano de 2050, considerando três cenários possíveis. Um primeiro denominado *cenário de migração zero*, o qual parte da premissa que “*toda a migração para a Europa cessaria imediata e permanentemente*”; um segundo denominado *cenário médio* que assume que “*o fluxo de refugiados irá parar a partir de meados de 2016, mas os recentes níveis de migração regular continuarão*”; e um terceiro, denominado *cenário elevado*, o qual “*projeta que o fluxo recorde de refugiados entre 2014 e 2016 continue indefinidamente no futuro com a mesma constituição religiosa, em adição ao típico fluxo anual de migrantes regulares*”.

As principais conclusões que se destacam deste relatório são, desde logo, a possibilidade de a população muçulmana atingir os 14% (em 2050) da população europeia (no cenário elevado), partindo de uma percentagem atual de 4,9% (em 2016). Ainda assim, no cenário de migração zero, a projeção é de um crescimento para um valor médio de 7,4% da população europeia ser

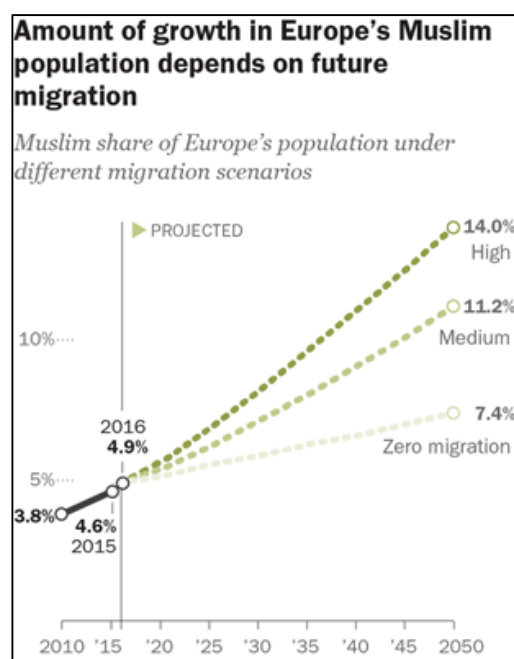


Figura 4 - Previsão da percentagem da população muçulmana na Europa nos 3 cenários (Pew Research Center, 2017, p. 5)

muçulmana no ano de 2050. Concomitantemente, o cenário médio prevê uma percentagem de 11,2%. De referir que em 2010 e 2015 os valores se fixaram nos 3,8% e 4,6%, respetivamente, como se pode constatar através da análise da figura 4.

O relatório menciona que a projeção de 7,4% no cenário zero se deve, em parte, ao facto de, em média, um muçulmano ser 13 anos mais novo e a taxa de fertilidade ser, por mulher, em média, uma criança superior à dos não muçulmanos, o que, também de acordo com o relatório “*espelha o padrão global*” (Pew Research Center, 2017, p. 5).

O aumento, em todos os cenários previstos, da percentagem da população muçulmana na Europa deve-se não apenas ao aumento absoluto da população muçulmana, mas em paralelo ao declínio da restante população. No entanto, de acordo com o relatório, a população europeia continuará a crescer impulsionada pelo elevado fluxo migratório que “*mitiga este declínio*” (*Ibidem*, p.6).

Para além de quantificar a população europeia, o *Pew Research Centre*, afirma que “*a população muçulmana europeia é diversa. Compreende muçulmanos nascidos na Europa e numa variedade de países não europeus. Inclui Sunitas, Xiitas e Sufitas. Os níveis de crença e comprometimento religioso variam entre as populações muçulmanas europeias. Alguns dos muçulmanos enumerados (...) não descrevem a identidade muçulmana como saliente no seu quotidiano. Para outros a mesma molda profundamente o seu*

dia-a-dia”, embora este não seja o objetivo do relatório elaborado (*Ibidem*, p.11).

Analisando mais profundamente os motivos das alterações à população europeia, constata-se, por exemplo, que, entre 2010 e 2016, a natalidade *versus* o óbito da população fez aumentar em 2,92 milhões o

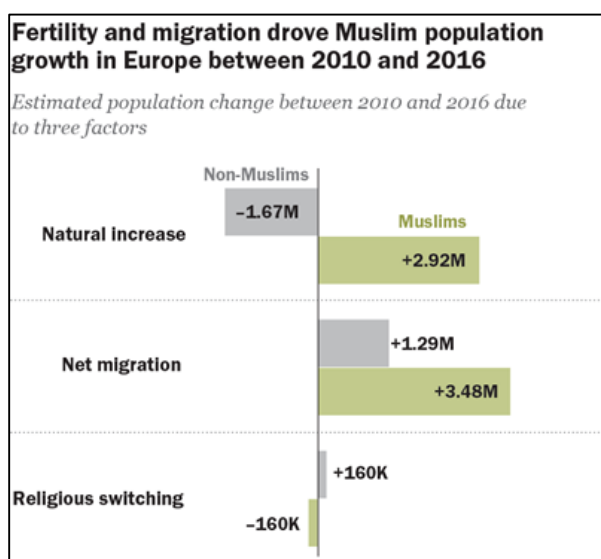


Figura 5 - Variação da população muçulmana na Europa entre 2010 e 2016 (Pew Research Center, 2017, p. 12)

número de muçulmanos europeus, enquanto que o número de muçulmanos não europeus diminuiu 1,67 milhões.

No caso das migrações, deram entrada na Europa, no mesmo período, 3,48 milhões de muçulmanos e 1,29 milhões de não muçulmanos (*vide* figura 5).

No que diz respeito à troca de religiões, “*estima-se que 160.000 pessoas a mais tenham trocado o islamismo por outra religião (ou por nenhuma)*” do que o inverso (*Ibidem*, p.12).

Face a um aumento absoluto de 6,3 milhões de muçulmanos na Europa entre 2010 e 2016 e a uma estimativa de crescimento da mesma de entre 10 milhões e 49,8 milhões dependendo do cenário considerado, até ao ano de 2050 (*vide* figura 6), torna-se necessário considerar a importância da qualidade de vida dos refugiados e migrantes instalados na Europa, uma vez que um dos principais “*fatores de influência do ajuste às culturas nacionais é a posição socioeconómica na qual os muçulmanos se vêm inseridos nas sociedades europeias*”, afirma Cesari (2007, p. 59).

A mesma autora acrescenta que “*a condição socioeconómica dos muçulmanos europeus é de grande fragilidade. A taxa de desemprego (...) é, regra geral, superior à média nacional*”, o que se verifica transversalmente a qualquer emprego, independentemente do grau de qualificação exigido.

<i>Count estimates and projections</i>					
IN MILLIONS	2010	2016	2050 zero migration	2050 medium migration	2050 high migration
Muslims	19.5M	25.8M	35.8M	57.9M	75.6M
Non-Muslims	495.3M	495.1M	445.9M	459.1M	463.0M
Total	514.8M	520.8M	481.7M	516.9M	538.6M

Figura 6 - Variação demográfica europeia entre 2010 e 2016 e projeções para 2050 nos 3 cenários

(Pew Research Center, 2017, p. 7)

A marginalização socioeconómica não afeta somente o poder económico das comunidades muçulmanas, as quais são frequentemente isoladas e segregadas a zonas residenciais com pobres condições, nas quais a concentração étnica *per capita* é um fator de risco identificado pelas autoridades.

O isolamento destas comunidades, aliado à pobre condição socioeconómica, gera uma imagem pejorativa que, a nível político, frequentemente resulta numa associação negativa das comunidades muçulmanas à pobreza, considerando o primeiro a causa do último.

Do lado das comunidades muçulmanas, a frustração pela constante segregação de que são alvo provoca sentimentos de revolta, os quais conduzem ao uso do Islão como forma de reação e defesa, podendo gerar situações de conflito, tumultos e apreensão e insegurança social, particularmente quando se associam etnia, religião e pobreza, como parece ser cada vez mais normal (*Ibidem*, pp. 59-60).

A UE encontra-se atualmente num esforço de controlo quer das populações muçulmanas integrantes das suas sociedades, quer das migrações que não cessam. Internamente a necessidade prende-se com o que foi constatado anteriormente, existindo um esforço de integração e aculturação dos recém-chegados.

Externamente é necessário monitorizar os fluxos migratórios e, para tal, a UE assinou em 2016 um acordo com a Turquia (frequente ponto de escala de migrantes sírios) com o objetivo de retornar a este país todos os imigrantes ilegais ou *irregulares*, comprometendo-se, em troca, a aumentar a ajuda financeira à Turquia para albergar e realocar mais migrantes sírios.

Um pouco por toda a UE, incluindo países nórdicos ou sem fronteiras com o Mediterrâneo, as políticas de acolhimento de refugiados têm-se alterado.

Destaca-se a ação da guarda costeira italiana, a qual trabalha em cooperação com a guarda costeira líbia no sentido de prevenir e deter o trânsito de migrantes sub-sarianos através do recurso a barcos (Pew Research Center, 2017, p. 26).

6. O novo paradigma religioso europeu e respectivas repercussões

Ainda no século XX, alguns autores como Abel Cabral Couto defendiam que as religiões “*são as mais antigas organizações transnacionais*”, denotando o seu importante papel nas sociedades um pouco por todo o globo. No seu entender, as Igrejas “*são consideradas (...) verdadeiras sociedades globais, com capacidade de decisão autónoma*”.

No entanto, com o advento da globalização e, por conseguinte, da modernização, “*o desenvolvimento do Estado-Nação tem, geralmente, arrastado as Igrejas para um papel subordinado*” (1988, p. 33).

Ainda assim, não são raros os Estados europeus que concedem, oficial ou não oficialmente, privilégios a uma determinada religião. Num relatório datado de outubro de 2017 e da autoria do *Pew Research Center*, constata-se que, dos 199 Estados avaliados mundialmente, 43 têm uma religião oficial do Estado, 40 têm pelo menos uma que goza de privilégios, 106 não concedem tratamento diferenciado para nenhuma religião e os restantes 10 têm uma atitude hostil para com a instituições religiosas, como ilustrado na figura abaixo (Pew Research Center, 2017, pp. 3-4).

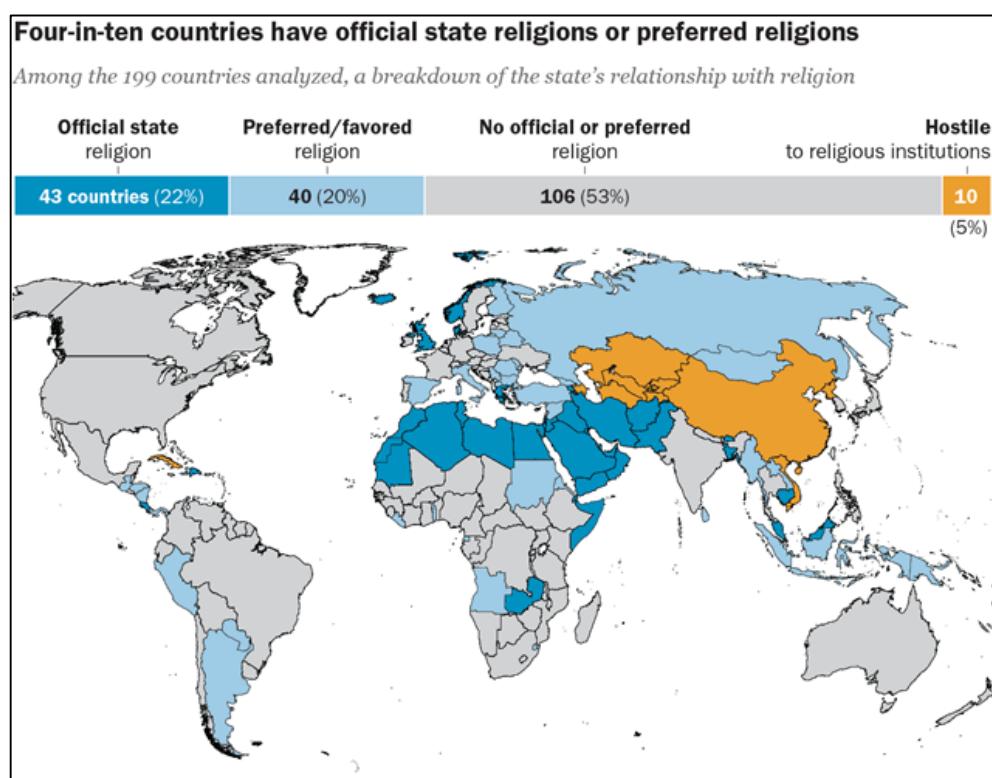


Figura 7 - Relação entre Estado e religião, mapa mundi (Pew Research Center, 2017, p. 4)

De acordo com o mesmo relatório, “metade dos Estados com religião oficial ou preferencial são do Médio Oriente ou da Europa” (*Ibidem*, p. 16), sendo esta última a região, das cinco avaliadas, que tem uma maior percentagem de países com uma religião favorecida (30%).

Dos 46 Estados europeus avaliados, 23 são laicos (não têm nenhuma religião oficial ou preferencial), 9 têm uma religião oficial e 14 têm, pelo menos, uma religião preferencial. Destes últimos, todos têm preferência pelo Cristianismo, sendo que a Lituânia e a Sérvia, para além desta também incluem como preferenciais o Judaísmo e o Islamismo (*vide* figura 8).

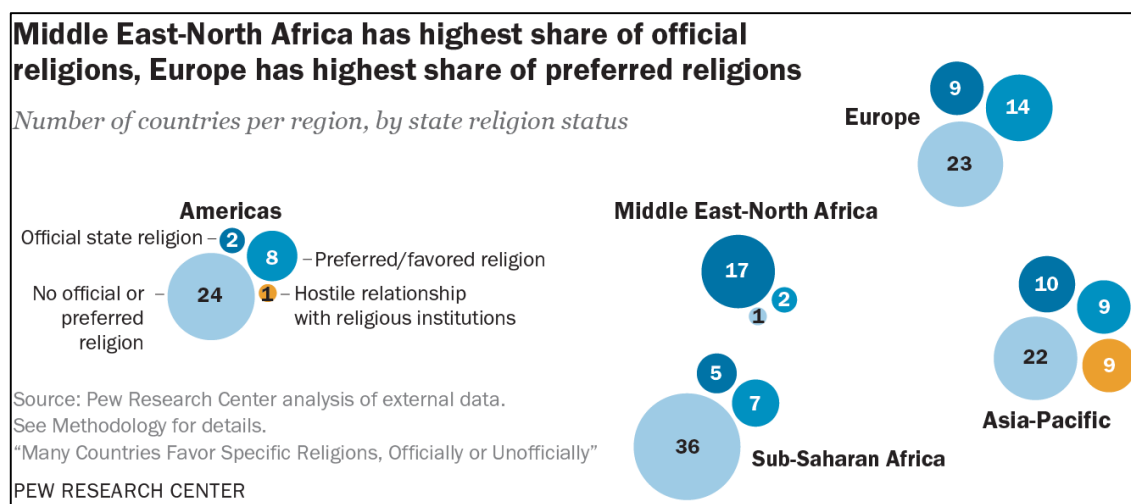


Figura 8 - Distribuição regional da relação entre Estado e religião (Pew Research Center, 2017, p. 16)

Quando uma religião é considerada preferencial ou oficial num Estado, não raramente obtém benefícios práticos concedidos pelo governo do próprio Estado. Embora a população não seja obrigada a professar a fé preferencial do estado, a esta são concedidas vantagens seja por regulação e imposição de limitações sobre outras religiões, seja por atribuição de benefícios financeiros. Existem, porém, Estados, como o Liechtenstein, Malta e Mónaco que, apesar de não oferecerem tratamentos diferenciados face às religiões não oficiais, integram a religião oficial nas cerimónias estatais (*Ibidem*, pp. 19-20).

Os benefícios financeiros concedidos às religiões oficiais ou preferenciais podem passar por isenção de impostos, ajudas de custo ou alocação de recursos para construção de propriedades religiosas, ou até por patrocínios a programas de educação religiosos. No caso europeu da Turquia, o governo atribuiu a milhares de estudantes colocações em escolas religiosas, limitando severamente o número de entradas em escolas públicas de ensino.

Desta forma, entre 2003 e 2015, o número de estudantes que frequentavam escolas islâmicas turcas aumentou de 63 mil para cerca de 1 milhão.

Ainda assim, 28% dos países a nível mundial, não discrimina no que toca à atribuição de fundos de apoio a programas de educação religiosos (*Ibidem*, pp. 23-24).

Ao mesmo tempo, restrições governamentais face à religião são mais elevadas em países cujos Estados se encontram associados a pelo menos uma religião do que àqueles que são laicos. Numa escala de 10 pontos, países com religiões oficiais registam uma mediana de 4,8 no Índice de Restrição Governamental (IRG), ao passo que o mesmo índice é, em mediana, de 2,8 e 1,8 em países com religiões favorecidas e países laicos, respetivamente (*vide* figura 9). Estas restrições à profissão da fé acabam por, sobretudo em países com religiões oficiais ou preferenciais, interferir com as fés não oficiais, limitando a prática das mesmas (*Ibidem*, pp. 28-29).

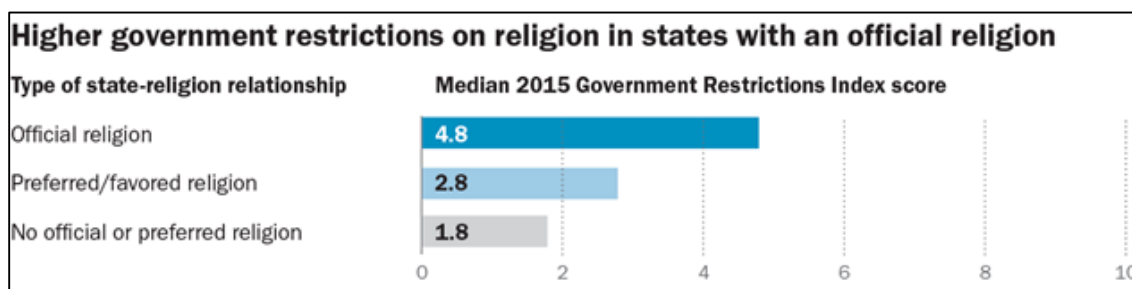


Figura 9 - Restrições governamentais face à religião (Pew Research Center, 2017, p. 28)

A clara maioria dos Estados a nível mundial são laicos (53% dos 199 analisados no relatório), porém, tal não significa que estes mantenham uma clara separação entre o poder estatal e as instituições religiosas, podendo o primeiro interferir diretamente no segundo, limitando a sua ação ou, como já abordámos, concedendo benefícios particulares.

No caso específico de França, em 2015, registou-se um “*elevado nível de restrições governamentais sobre a religião*” (*Ibidem*, p. 10), com ações como leis de proibição do uso de *burkas* em locais públicos e demonstrações populares e governamentais de xenofobia dirigidas aos crentes islâmicos.

Por oposição, no caso português, as restrições não são tão significativas. A religião, especialmente a católica, goza de um estatuto privilegiado cuja Associação República e Laicidade já questionou. No final do ano de 2017 esta associação veio protestar relativamente à transmissão da

mensagem de Natal do Cardeal Patriarca de Lisboa, apoiando o seu término. No seu entender, havendo um espaço reservado para a difusão de mensagens das várias comunidades religiosas, concretamente na RTP 2, a transmissão de conteúdos religiosos como a mensagem anual do Cardeal Patriarca constitui um privilégio desigual e discriminatório face às restantes religiões (DN; Lusa, 2017).

Numa análise global, o *Pew Research Center* determinou que apesar do islamismo ser a religião estatal mais comum, o cristianismo é a mais privilegiada (sem adquirir o estatuto de oficial). Embora 8 Estados europeus inseridos no espaço delimitado da presente dissertação declarem o cristianismo (ou uma seita variada deste) como religião oficial, nenhum outro declara o islamismo como oficial no seu território (2017, pp. 13-14).

No entanto, dos 40 Estados em todo o mundo que declaram ter preferência por alguma religião, 14 destes encontram-se na Europa, dos quais 11 têm preferência somente pelo cristianismo, 2 atribuem tratamento preferencial a múltiplas religiões e o restante, a Turquia, atribui um tratamento favorável ao islamismo (*Ibidem*, pp. 32-33).

No contexto europeu, a preocupação em torno de conflitos gerados por valores religiosos extremistas é cada vez maior. Na mais recente análise da EUROPOL sobre a situação e tendência do terrorismo no espaço geográfico da UE, datado de 2017, é dado um grande foco aos vários eventos *jiihadistas* ocorridos no ano de 2016, bem como às motivações que conduziram à execução de tais eventos.

O relatório da EUROPOL destaca que, no decorrer do ano de 2016, os Estados-membros da UE reportaram 142 vítimas mortais e 379 pessoas feridas na sequência dos vários atos terroristas levados a cabo em território da UE. No total foram reportados 142 ataques “*falhados, frustrados e completados*” em 2016, número que tem vindo a descer desde 2014 (*vide* figura 10).

A maioria dos ataques registados em que foi possível identificar uma motivação terrorista foram levados a cabo por etno-nacionalistas e separatistas, num total de 99 casos. Ainda assim, o número de ataques *jiihadistas* decresceu desde 2015, tendo-se fixado em 13 casos em 2016, dos quais 6 deles têm algum tipo de ligação com o autoproclamado EI.

Porém, não são só ataques *jihadistas* que preocupam as autoridades europeias, havendo também casos reportados de ataques violentos levados a cabo por indivíduos ou grupos de extrema-direita cujo alvo são minorias étnicas e migrantes em busca de asilo. Este fenómeno tem vindo a crescer nos dois anos antecedentes à data de publicação do relatório (EUROPOL, 2017, p. 10).

No nosso entender a UE é, pela sua política de fronteiras abertas, uma região de grande risco e bastante propícia à ocorrência de ataques quer contra a população residente, quer contra os migrantes (refugiados, em busca de asilo ou quaisquer outros) que buscam o continente europeu na procura de melhorar a sua qualidade de vida.

Uma das maiores ameaças, reconhecida desde os ataques ocorridos às torres gémeas em Nova Iorque, é a ameaça à integridade física das populações ocidentais. O *Terrorism Situation and Trend Report 2017*, da UE, destaca que “as mensagens e liderança do EI indicaram que os seus simpatizantes já não deveriam deslocar-se até à Síria ou ao Iraque, mas, ao invés, juntar-se a ramificações deste em outros países ou focar-se em ataques nos seus países de residência” (*Ibidem*, p. 12).

O surgimento dos *lobos solitários* responsáveis pelos ataques ocorridos em Nice, Berlim e Bruxelas ocorridos a 14 de julho, 19 de dezembro e 22 de março de 2016, respetivamente, nos quais morreram um total de 108 pessoas, são exemplo do perigo interno que a UE enfrenta.

Num outro incidente, ocorrido a 13 de junho de 2016, em Magnanville, à semelhança do ocorrido no caso de Berlim, o atacante publicou um vídeo jurando lealdade aos valores perpetuados pelo EI, os quais foram difundidos pela rede social islâmica *Amaq News*, tornando ainda mais virais os valores e

Member States reported that

142 

victims died in terrorist attacks

and

379 

people were injured.

In 2016, a total of

142 

failed, foiled and completed attacks were reported.

Figura 10 - Quantitativos de mortos, feridos e total de ataques executados em 2016 (EUROPOL, 2017, p. 10)

o incentivo à promoção de ataques visando as sociedades ocidentais, consideradas como o inimigo.

Esta forma de operar surge como resposta a uma política europeia cada vez mais restrita no que concerne a viagens dos seus residentes para e a partir das zonas de conflito. A 21 de maio de 2016, o porta-voz do EI à data, Abu Muhammad al-Adnani, *“incitou voluntários que foram impedidos de viajar para se juntar ao EI a perpetrar ataques nos seus países de residência”*, acrescentando ainda que *“até os ataques mais pequenos ao Ocidente teriam grande impacto, uma vez que aterrorizariam o inimigo”* (Ibidem, p. 26).

Ainda antes do início do século XXI, Abel Cabral Couto defendia a importância do islamismo e perspetivava a sua projeção futura, a qual se denota nos dias de hoje. O autor destacava que *“religião com um forte passado histórico [islamismo], conta com centenas de milhões de crentes (...) divididos em regiões de elevada importância estratégica mundial e que, de um momento para o outro, se veem em condições de serem detentoras de um enorme potencial financeiro por nelas se situarem os principais reservatórios de petróleo”* (1988, pp. 33-34).

Releva, ainda, que, nessas regiões, *“vivem massas humanas que, nos últimos séculos, atravessaram um período de decadência, de dependências e humilhações”* e, numa projeção daquilo que poderia ser um futuro próximo, afirma que *“o islamismo pode vir a tornar-se no vetor ideológico que, com o recente potencial económico, poderá cimentar uma vasta área geográfica e conferir-lhe uma dinâmica de consequências extremamente importantes ao nível mundial, do ponto de vista político-estratégico.”* (Ibidem, p. 34).

6.1. A tecnologia e a aproximação religiosa aos crentes

O desenvolvimento das TIC e o advento das redes sociais de comunicação, maioritariamente através do uso da *internet*, promovem cada vez mais a instantaneidade da informação e são, ao mesmo tempo, um veículo de informação capaz de, em segundos, dar a conhecer o que está a ocorrer do outro lado do mundo.

Atendendo a estas capacidades, grupos organizados fazem uso dessas mesmas redes sociais por forma a transmitir mensagens aos seus seguidores ou combatentes. No caso do autoproclamado EI, de acordo com a EUROPOL, estes “*são forçados a manter uma presença online e a competir por visibilidade com outros atores em comunicações públicas, incluindo indivíduos, movimentos civis, governos, opositores políticos e grupos terroristas concorrentes*” (2017, p. 29).

Porém, não é só através da *internet* que a divulgação de informação é feita. A televisão, a rádio e a imprensa escrita assumem, também eles, papéis determinantes, com canais e programas dedicados à transmissão das mensagens religiosas, bem como pela criação e distribuição de revistas com o propósito definido de divulgar informação pertinente aos interesses religiosos.

No caso português, são exemplos a Rádio Renascença, emissora católica nacional e a transmissão da eucaristia dominical por dois canais abertos, um público e outro privado, RTP e TVI, respetivamente.

Noutro contexto existem, também, publicações escritas como a *Rumiyah*, *al-Naba'* e *Dabiq*, todas elas islâmicas e dedicadas à promoção dos ataques perpetrados pelo EI (*Ibidem*, pp. 26; 30).

Por vezes, no caso europeu, a mera frequência das mesquitas poderá, em grande parte devido à liberdade de expressão que rege os Estados europeus, conduzir a um contacto mais perene com discursos mais radicais do que aqueles que são tidos nos países muçulmanos, conduzindo a uma maior participação em ativismos radicais no seio do *velho continente* (Silva, 2011, p. 134).

Considerando que, no espaço geográfico europeu delimitado no âmbito deste estudo, a grande maioria dos países têm o cristianismo como religião oficial ou preterida, focar-nos-emos na análise dos métodos de comunicação islâmicos, uma vez que estes, em minoria, procuram estabelecer contacto com as suas origens.

Como referido anteriormente, uma das ameaças mais prementes para os Estados europeus é o perigo associado à atuação de *lobos solitários*. A publicação *Rumiyah*, publicada em várias línguas, tinha por objetivo fornecer dicas sobre como atacar possíveis alvos ocidentais, de modo a perpetuar o propósito da *jihad*, procurando maximizar o número de alvos e o impacto dos

ataques, servindo como que um guia prático para o atacante (EUROPOL, 2017, p. 26).

A busca pelo uso de plataformas como o *Facebook*, o *Twitter* e o *YouTube* desde cedo levou a uma grande proliferação de mensagens de ódio para com os inimigos da causa islâmica, os Estados ocidentais. Estas companhias, em conjunto com a *Google* e a *Microsoft*, procuraram no final de 2016 criar uma base de dados partilhada com vista ao mais rápido combate e eliminação deste tipo de mensagens dos seus servidores, minimizando os efeitos diretos e indiretos que tais conteúdos pudessem vir a ter.

Tal medida conduziu a uma diminuição do volume de mensagens partilhadas através destes meios, no entanto, como forma de contornar as medidas de segurança impostas, os *hashtags* (identificadores) utilizados pelos disseminadores nas suas contas passaram a ser banais e descontextualizados, remetendo para eventos como torneios desportivos, campanhas políticas e eventos culturais, entre outros que não fossem relacionados com a *jihad* ou o próprio EI.

A propaganda islâmica, quer dirigida aos seus combatentes no terreno, quer dirigida aos demais seguidores sofreu, com tais medidas, um revés. Na busca por se adaptar às novas circunstâncias, esta passou a incidir mais em revistas traduzidas para os idiomas dos Estados mais relevantes estrategicamente para o EI.

A própria mensagem contida nestas novas interfaces de comunicação fazia denotar a diferença na estratégia do grupo perante os residentes europeus. Para além de afirmar que “*a luta contra o Ocidente não era devido às suas políticas, mas antes devido à sua descrença*”, o EI afirmava, também, que “*em caso de derrota na Síria e no Iraque, simpatizantes do EI deveriam continuar a sua luta noutros locais geográficos*” (*Ibidem*, p. 32).

Desta forma, o grupo islâmico incentivava os seus apoiantes, residentes no Ocidente, a agir “*em busca de uma justiça retributiva*”, focando-se na ação de *lobos solitários* que seriam capazes de assegurar, com ataques geograficamente dispersos, a sobrevivência da causa islâmica defendida – a *jihad*.

Esses mesmos *lobos solitários*, bem como algumas células terroristas, gozam de autonomia própria, uma vez que agem de acordo com os objetivos

específicos da organização, mas adaptando-se sempre à realidade da comunidade em que se encontram inseridos. Muitas vezes os ataques por si perpetuados não chegam a ser ocultos, “*uma vez que se encontra permanentemente disponível na Internet ou na televisão*” (Lara, 2007, p. 45) a informação relativa às intenções desses elementos.

Apesar do forte recurso aos meios de comunicação social para disseminação de mensagens de apoio à própria causa por parte do EI, também, do outro lado do espectro, apoiantes europeus da extrema-direita, opositores das políticas europeias relativas à migração, fazem uso das TIC para disseminação das suas ideias e ideais.

Representantes deste espectro político não raramente surgem em programas televisivos ou publicam comentários na *Internet* usando termos que se encontram no limite do legalmente aceitável, tendo mesmo levado ao término de segmentos televisivos e de secções de jornais reservados ao comentário político.

Os comentários proferidos são dirigidos às políticas dos governos dos Estados europeus e, chegam mesmo, a incentivar a população a insurgir-se contra as minorias étnicas e os migrantes, podendo, inclusivamente incentivar à prática de crimes contra estes elementos (EUROPOL, 2017, p. 47).

6.2. O caso da Europa central e oriental

A região central e oriental do continente europeu, pelas fronteiras que tem com outras regiões, nomeadamente a Ásia e o Médio Oriente, adquiriu uma grande importância geoestratégica reconhecida por várias entidades como a EUROPOL, o Pew Research Center e a Bertelsmann Stiftung, as quais conferem grande relevância nos seus estudos a esta área geográfica.

Num estudo da agência alemã Bertelsmann Stiftung, dos 17 Estados analisados, no que à interferência religiosa no plano político diz respeito, 8 pontuaram 9 ou 10 valores e os restantes 9 pontuaram entre 6 e 8, o que significa que, neste parâmetro, os primeiros revelam uma clara separação entre as instituições religiosas e governamentais, enquanto que os últimos revelam

um governo em grande medida secular, mas com uma influência religiosa ainda relevante nas instituições e decisões políticas (Stifung, 2018).

Denota-se, portanto, que existe nesta região uma forte presença e influência religiosa ao nível político, podendo repercutir-se na influência indireta de outros planos como o social, o económico e o cultural.

Um estudo do *Pew Research Center* dedica uma nota no final de um relatório à análise do apoio das populações da Europa Central e Oriental à ligação entre Igreja e Estado. Nesta nota pode ler-se que “*na Europa Central e Oriental, a relação entre Igreja e Estado num país reflete-se frequentemente na opinião pública sobre o tópico*” (2017, p. 25).

Constata-se que enquanto que em Estados com ligações oficiais ou preferenciais a uma religião existe uma maior probabilidade de apoio ao financiamento e promoção de valores e crenças religiosas por parte do governo, em países sem religião oficial ou preferencial existe uma maior percentagem de defensores da separação das esferas. Destaca-se, também, que nos primeiros, a população afirma que a pertença à religião oficial ou maioritária contribui de forma significativa para o sentimento de pertença nacional.

No caso polaco, em que existe uma concordata celebrada entre o governo e a igreja católica, 75% da população adulta reconhece a influência religiosa na política nacional, no entanto 65% acredita que tal

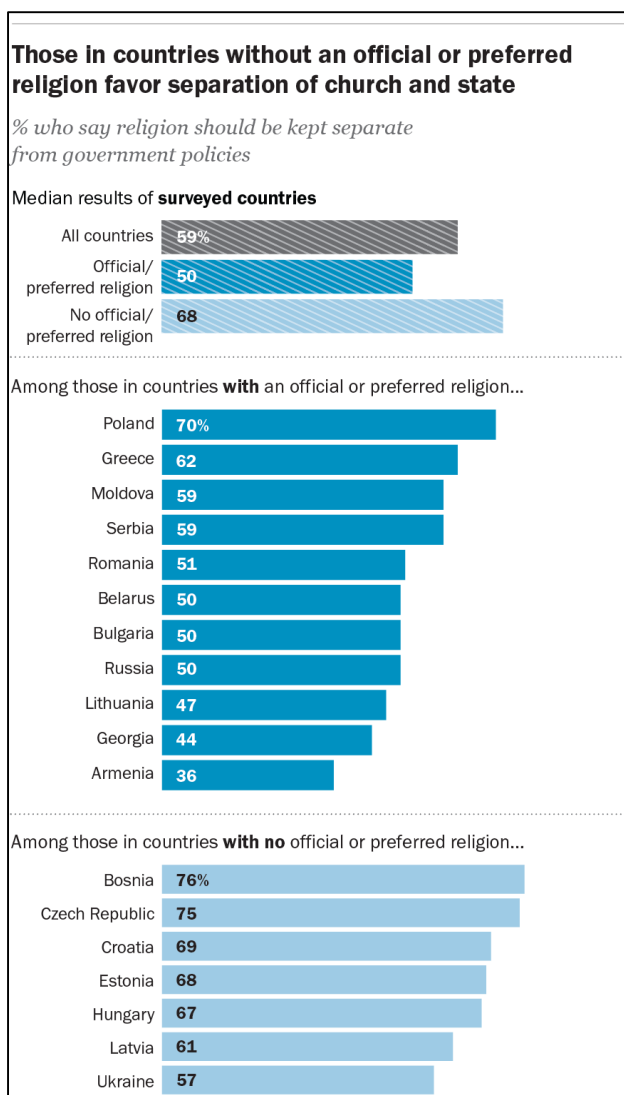


Figura 11 - Percentagem de apoiantes da separação entre religião e as políticas governamentais (Pew Research Center, 2017, p. 26)

influência não deveria ser uma realidade e só 28% são a favor do financiamento estatal da Igreja (*vide* figura 11).

Da mesma forma, na Grécia, onde a igreja ortodoxa é a religião oficial, apenas 18% das pessoas aceitam a ideia de existir um financiamento estatal da religião, ao passo que, na Arménia, 62% dos inquiridos defendem o financiamento estatal da religião oficial (a igreja ortodoxa) (*Ibidem*, p. 26).

Dos 11 países inquiridos pertencentes à região leste e central do continente europeu e com religião oficial ou preterida pelo Estado, cerca de 66% das respostas foram favoráveis à percepção de que a pertença a essa religião é um elemento crucial para a noção de nacionalidade, enquanto que, nos restantes 7 países sem religião oficial ou preterida, apenas 43% têm a mesma opinião, como se pode verificar na figura ao lado.

Da globalidade dos 18 países, metade dos inquiridos suportam a ideia de que é benéfico para a sociedade a existência de uma diversidade étnica, cultural e religiosa, em vez de esta ser homogênea (*Ibidem*, p. 27).

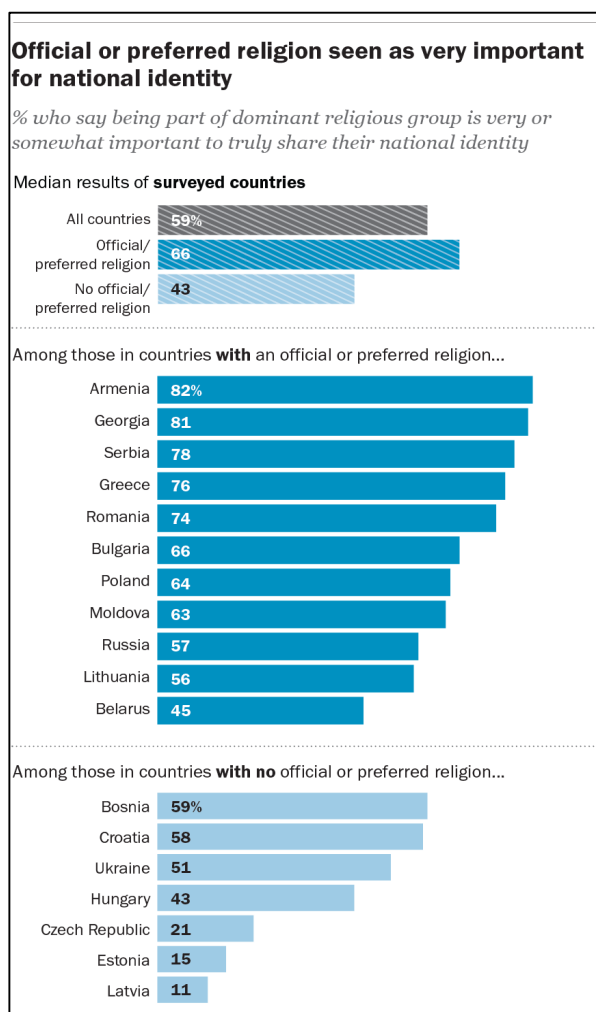


Figura 12 - Percentagem da população que acredita que a inserção no grupo religioso dominante é importante para o sentido de identidade nacional (Pew Research Center, 2017, p. 27)

Pela proximidade às fronteiras da UE, a zona dos Balcãs é de extrema importância para a EUROPOL. O relatório lançado em 2017 sobre a situação e tendência do terrorismo na UE chama a atenção para o desenvolvimento do paradigma religioso além-fronteiras, destacando que “o conflito na Síria teve uma enorme ressonância na Albânia, Bósnia e Herzegovina, Kosovo, antiga república Jugoslava da Macedónia e Sérvia” (2017, p. 33).

Para a EUROPOL, a região dos Balcãs é uma das zonas de maior apoio à “*radicalização, recrutamento e facilitação*” a elementos oriundos ou retornados das zonas de conflito em que o EI se encontra ativamente.

O apoio de uma maioria islâmica da população, aliado aos discursos dos líderes religiosos locais, acentua o ativismo e o radicalismo e transforma a região numa possível base de operações próxima a um alvo do EI. A ameaça de motivação islâmica, na forma da *jihad*, é um dos grandes perigos inerentes à região e ultrapassa, em grande medida, o nível de ameaça de movimentos extremistas de esquerda, de direita e, também, de movimentos separatistas, anarquistas e etno-nacionalistas.

Se a este fenómeno aliarmos a ascensão de movimentos islamofóbicos de extrema-direita, como se pode constatar pelos resultados eleitorais recentes obtidos em França (por Marine Le Pen), na Alemanha (pelo partido AfD – *Alternativa para a Alemanha*) e em Itália (com a vitória clara da extrema-direita), perspetivamos um futuro complexo no capítulo religioso quer para o continente europeu, quer, mais especificamente, para a UE.

O fluxo migratório a que a Europa tem assistido e as crescentes manifestações de defesa dos ideais islâmicos, quer pela perpetuação de ataques armados, quer por manifestações organizadas de elementos recém-chegados, mas sobretudo de elementos de origem europeia afetos ao islamismo e de elementos convertidos ao islamismo, fazem crescer não só o receio clássico da existência de novos ataques que possam comprometer a população europeia, bem como são armas de legitimação dos discursos e da ação anti-islâmica patrocinada por movimentos europeus de extrema-direita.

Esta realidade preocupa vários Estados-membros, como a Alemanha, onde houve relatos de ataques a abrigos criados para refugiados, a Finlândia, onde vigilantes constituíram patrulhas civis, e o Reino Unido, onde após o referendo se notou um aumento drástico do número de ofensas raciais ou religiosas (*Ibidem*, p. 46).

6.3. A crise de valores e a (re)islamização do *velho continente*

O afastamento das organizações religiosas da participação na discussão de assuntos de interesse público provocou um afastamento da maioria da população relativamente a Deus e à sua imagem e valores doutrinários da Igreja. Este distanciamento levou a uma crise de valores associado à secularização das sociedades ocidentais, o que, na ótica da professora doutora Andreia Soares e Castro, “*coloca na ordem do dia a questão do papel da religião, quer a nível local, quer a nível global*” (2010, p. 328).

Desde os tratados de Vestefália, assinados em 1648, que o poder religioso sobre a política estatal se encontra limitado. A divisão do poder e a forma como este era aplicado começava a alterar-se, com vários Estados a relegar a religião para a esfera privada e a questionar a legitimidade divina dos herdeiros ao trono para reinar (Toft, 2007, pp. 107-108).

No contexto atual, a busca social pela religião prende-se com a procura de valores perdidos no tempo, fruto de uma modernização acelerada pelo rápido desenvolvimento de novas formas de comunicação.

Comummente atribui-se o reemergir do fenómeno religioso aos recentes ataques terroristas e demonstrações fundamentalistas de cariz religioso, porém “*subjacente está algo mais abrangente que tem que ver com o descontentamento ou a desilusão com a Modernidade*”, isto é com “*a crise de valores do Ocidente*” (Castro, 2010, p. 328).

A secularização das sociedades ocidentais veio dotar as organizações religiosas de uma capacidade de guiar espiritual e moralmente os povos, apoiando-se na defesa de valores comuns e benéficos a toda a humanidade e afastando-se de condicionamentos discursivos políticos ou económicos, fatores aos quais são alheias. Este poder moral da Igreja confere-lhe um lugar primordial enquanto ator na cena internacional, com capacidade para partilhar a sua opinião e manifestar os seus descontentamentos, beneficiando de um poder e peso capaz de criar ou romper soluções entre outros atores internacionais, nomeadamente Estados (*Ibidem*, p. 338).

Dotada de um poder de comunhão ou divisão do mundo, a religião é frequentemente usada como meio para legitimar uma ação. “*Não é a religião*

per se que explica a sua orientação para a paz ou para a guerra, antes a forma como ela é realizada pelos diferentes atores” (Ibidem, p. 347).

Esta afirmação resume aquilo que, para nós, é o poder dicotómico da religião. Esta tanto pode ser a cura, como o mal em si, apenas depende da forma como é percecionada.

A associação religiosa a atentados terroristas cria uma imagem violenta do fenómeno e cultiva a cada vez mais emergente *religiofobia*, isto é, a discriminação baseada na identificação religiosa, que muitas vezes é errada, mas ao mesmo tempo indissociável. Esta discriminação é já um problema reconhecido pela ONU e para o qual se procura uma solução (*Ibidem*, p. 348).

O uso da religião como motivação ou forma de legitimação para um conflito confere, a este, um carácter mais sangrento, mais duradouro, mais destrutivo e irracional. Quando a um conflito civil se adiciona o fator religioso, procura-se uma vantagem que possa alterar o desfecho do confronto. A invocação de uma motivação religiosa permite o aumento dos recursos humanos disponíveis e poderá, inclusivamente, render o acesso a novos e diferentes recursos (Toft, 2007, p. 128).

O fator religioso num conflito pode ser preponderante, uma vez que confere um cariz irracional à situação e os combatentes deixam de estar tão predispostos à negociação e aceitação de compromissos e cedências a nível político, económico ou social.

Em termos das *“tradições religiosas (...) um conflito violento é frequentemente considerado a manifestação da vontade de Deus”*, o que pode *“tornar-se um teste à fé religiosa”* (*Ibidem*, p. 102).

Se acrescentarmos o fator de ligação entre Estado e religião, ou seja, considerando países com religiões oficiais, qualquer manifestação contra uma medida governamental poderá ser encarada como uma afronta religiosa, o que torna todo o paradigma volátil.

No contexto europeu, a importância da dissociação entre o fenómeno religioso e a violência, seja qual for o seu formato, é de especial importância, pois permite conter a identificada ameaça islâmica interna, bem como diminuir as ofensas xenófobas, islamofóbicas e anti-étnicas praticadas por grupos de extrema-direita.

Assim, a Europa, nos dias que correm, procura resistir àquilo que parece ser uma procura determinada por islamizar o continente europeu. Após a descolonização dos países muçulmanos por parte dos europeus, o sentimento de (re)islamização do velho continente foi crescendo.

Os países colonizados tomaram a experiência dos colonizadores e, assumindo o desígnio divino constante no Alcorão, procuraram islamizar a Europa partindo dos países muçulmanos ou de minorias europeias já instaladas. Embora a discussão sobre as interpretações da lei sagrada se mantenha, o sentimento de conversão europeia ao islamismo é transversal a todos os seus crenes, fundamentalistas ou moderados (Silva, 2011, pp. 130-131).

Porém, não se trata apenas da conquista ou conversão da Europa ao islamismo. Como afirma a professora doutora Teresa de Almeida e Silva, “os muçulmanos europeus e os europeus convertidos ao Islão desejam a aplicação plena da Shari‘a” (*Ibidem*, p. 132).

Com a aplicação da lei islâmica, em associação com a reconquista dos territórios outrora detidos pelos muçulmanos, o Império Muçulmano reerguer-se-ia de forma definitiva.

O fechamento das comunidades muçulmanas europeias em si mesmas coloca um sério desafio à integração das mesmas. A rejeição dos valores secularistas europeus e a busca pelo regresso às origens islâmicas por vezes degenera num fundamentalismo islâmico puro. Aqueles que caem neste pensamento fundamentalista acabam por ser responsáveis pela aproximação dos conflitos de outras zonas geográficas para a Europa, pois sentem a necessidade de defender a sua religião, a sua identidade comum, independentemente do local onde se encontram (*Ibidem*, pp. 133-134).

Por todo o mundo, várias personalidades apelam a uma integração pacífica e uma aceitação da diversidade e tolerância para o convívio com outras religiões e crenças. Inclusivamente, tem-se procurado apelar a um diálogo inter-religioso que deve ser mantido e fomentado, assim como a própria abertura dos Estados laicos relativamente às mensagens transmitidas pelos líderes religiosos e a procura de condições de incentivo a uma integração da diversidade étnica, cultural e religiosa, assumindo uma “*atitude pró-ativa para enfrentar intolerâncias, discriminações e perseguições*” (Castro, 2010, p. 341).

Só através desse diálogo, que constitui “*um dos desafios mais fundamentais deste início de século*” (Castro, 2010, p. 348), aliado a uma “*integração (...) sem qualquer tipo de discriminação*” (Silva, 2011, p. 134) será possível uma coexistência religiosa heterogênea pacífica.

7. Conclusão

O advento da globalização e da secularização das sociedades europeias relegou o papel das religiões mundiais para fora da esfera pública. Séculos de ligação entre religião e política terminaram com a assinatura dos Tratados de Vestefália (1648), após uma longa guerra da qual o continente europeu muito se ressentiu.

A atenção da sociedade para o fenómeno religioso entrou em queda e as sociedades começaram a focar-se mais no fenómeno e desenvolvimento económicos. As sociedades modernas são marcadamente dependentes da economia e da política.

Os acontecimentos do 11 de setembro de 2001, nos EUA, vieram colocar em perspetiva a influência religiosa no paradigma mundial. A procura de afastar a religião do sentido identitário social causou um desagrado em populações marcadamente religiosas, as quais se manifestaram.

Atualmente, a cultura, fortemente ligada a um passado secular religioso, revela ter um peso considerável em algumas sociedades, sobretudo na Europa central e oriental. No entanto, países como a França e a Alemanha procuram elevar o conceito de cidadania como fator identitário, promovendo o sentido de pertença nacional sobre a crença religiosa.

A evolução científica e tecnológica permitiu às sociedades responder a diversas questões que, até então, apenas a religião conseguia responder. Esta tangibilidade dos factos promoveu um afastamento da sociedade face à fé e, através da descredibilização do divino, originou a resposta extremista dos crentes do fenómeno religioso.

O fundamentalismo surge como resposta antagónica aos valores seculares das sociedades ocidentais globalizadas, defendendo a interpretação literal das escrituras divinas e questionando as descobertas científicas alcançadas.

Este fundamentalismo é, em grande medida, responsável pela reemergência da religião enquanto ator internacional não estatal no plano das RI. A própria ONU reconhece a importância destes atores, tendo inclusivamente convidado para discursar na sua sede, por mais que uma vez, o

Bispo de Roma, representante máximo da igreja católica, a qual, à data, é a religião com maior número de seguidores a nível mundial.

Os seguidores religiosos são o meio, por excelência, do exercício do poder de influência religiosa sobre as diversas sociedades. A laicização estatal veio, a par com a secularização europeia, retirar a influência direta das religiões no paradigma político.

O afastamento do fenómeno religioso da ordem pública provocou uma crise valorativa social, a qual permitiu, concomitantemente à vontade clerical de afastamento e independência do poder político, uma ascensão do poder de influência religioso enquanto guia moral e espiritual das sociedades. Através da expressão de aprovação ou descontentamento relativamente a acontecimentos mundiais e da promoção do diálogo e da paz, a Igreja redesenhou o seu papel na sociedade secularizada.

Fruto de um fluxo migratório que tem vindo a crescer cada vez mais, a Europa vê-se envolvida numa heterogeneidade que, ainda que benéfica para o debate e desenvolvimento ideológico e cultural, poderá ser potencialmente devastadora caso não exista uma gestão política promotora da diversidade e tolerância étnica e religiosa.

É necessário, ao Estado, reconhecer o poder e o papel histórico da religião, bem como a sua longevidade secular, uma vez que o fenómeno religioso goza de um poder ambivalente e dicotómico dependendo do contexto da sua invocação.

O seu uso em contexto de conflitos armados pode repercutir-se em grandes vantagens para a parte que os invoca, uma vez que faz um apelo a um sentimento comum e identitário transversal a uma maior quantidade de pessoas, mas, por outro lado, pode conferir um carácter irracional e ilógico ao confronto, porque, uma vez travada em nome do sagrado, uma disputa armada adquire um carácter de teste à fidelidade divina e, nesse sentido, a morte deixa de ter um peso crucial pessoal, pois é encarada como o derradeiro sacrifício que permitirá a redenção em nome da entidade sagrada em que se crê.

O desenvolvimento das TIC permitiu uma partilha de ideias mais célere e ampla, o que conferiu uma nova dimensão à partilha de valores e ideais entre os líderes religiosos e os seus seguidores. Fóruns de discussão pública espalhados pela *internet* abriram caminho para o alcance de entendimentos e

diálogo entre diferentes crenças, bem como internamente a cada uma delas. Publicações periódicas partilharam conquistas e formas de difundir a cultura religiosa, à semelhança de programas televisivos e radiofónicos que difundem a palavra sagrada a todos aqueles que com ela se identificam.

A frequência de locais religiosos diminuiu, porém, o recurso às várias formas de comunicação permitiu o contacto mais constante e próximo com as mensagens religiosas, tendo aproximado líderes e crentes. Embora nalguns casos a mensagem transmitida tenha incentivado à paz, noutros a mensagem transmitia críticas e apelava a uma radicalização em nome da defesa dos interesses divinos.

O fundamentalismo surge, sobretudo, como oposição a ideologias políticas distintas e incompatíveis com os valores divinos postulados. Da mesma forma, extremismos políticos, em especial de extrema-direita, surgem com resposta a uma crescente elevação e destaque do fenómeno religioso, aumentando a xenofobia e a *religiofobia* das populações europeias face àqueles que professam fés diferentes da professada pela maioria da população.

As migrações, que em muito contribuem para a alteração demográfica recente da Europa, são encaradas como um fator de risco por elementos de extrema-direita, principalmente quando associados a uma política de livre circulação da UE, a qual aumenta a permeabilidade das suas fronteiras e, por conseguinte, o risco e a ameaça interna.

Deste modo, considerando o trabalho realizado ao longo dos capítulos 4 a 6, consideramos ser possível responder às perguntas formuladas no início da presente dissertação, bem como confirmar ou refutar as hipóteses postuladas.

A pergunta de partida que serviu como principal fio condutor de toda esta dissertação é a seguinte:

Poderá a religião, no século XXI, ter um papel predominante nas sociedades europeias, nos planos político, económico, cultural e social?

Conforme avaliado ao longo dos capítulos 5 e 6, a religião usufrui de um papel preponderante enquanto ator nas RI.

A sua maior influência recai sobre o plano social, uma vez que esta faz uso dos seus seguidores para divulgar as suas mensagens, valores e ideais,

utilizando os mesmos para criticar ou apoiar atitudes estatais ou missões humanitárias com vista à promoção da paz.

No plano político, apesar do seu afastamento, independência e autonomia deste, a religião condiciona a ação política através da influência exercida sobre o plano social. Considera-se, portanto, que a religião tem uma influência indireta sobre o plano político.

Da mesma maneira, considerando a influência social e ideológica exercida pela religião, aliada ao passado secular comum que detém no continente europeu, podemos afirmar que a religião exerce, igualmente de forma indireta, influência sobre o plano cultural.

Relativamente ao plano económico, a influência religiosa não pôde ser aferida com rigor, porém podemos considerar que existe uma influência indireta fruto da economia ser um instrumento da política.

A primeira pergunta derivada formulada subsequentemente foi a seguinte:

De que forma a religião se adaptou e resistiu à modernização/secularização das sociedades europeias?

A resposta a esta pergunta é feita no decurso da exploração do capítulo 4, no qual constatamos que, desde 1648, ano em que foram assinados os Tratados de Vestefália, a religião tem perdido o seu poder de influência sobre os Estados ocidentais.

Com o aproximar do século XXI, a Igreja tem-se vindo a retirar, em grande medida por iniciativa própria, de toda e qualquer ligação política, procurando assumir um papel independente e autónomo enquanto guia espiritual e transmissor de valores, éticas, moral e ideologias sociais.

Beneficiando dos acontecimentos ocorridos a 11 de setembro de 2001, da emergência de radicalismos e extremismos alicerçados em pressupostos religiosos, do advento da tecnologia e capacidade de, mais rapidamente, difundir a sua mensagem e, em último, do referido papel independente e autónomo adquirido, a religião reemergiu enquanto ator preponderante nas RI, contrariando as expectativas criadas aquando do advento da secularização ocidental, em particular, das sociedades europeias.

De seguida, optámos por duas perguntas derivadas, às quais é possível uma resposta comum e que apresentamos de seguida:

Pode a religião constituir-se como fonte de legitimidade para conflitos armados?

Pode a religião intervir na resolução dos conflitos armados?

Estas duas questões partilham a mesma resposta. Na sequência da o estudo realizado foi possível aferir que a religião possui um poder ambivalente ou dicotómico na sua relação com conflitos armados ou não.

No último capítulo referimos que a religião tanto pode ser a cura, como o mal em si, dependendo apenas da forma como é percecionada e interpretada.

Desta forma, o fenómeno religioso pode efetivamente ser utilizado como fonte de legitimação para conflitos armados, como se pode verificar, num caso recente, pela invocação dos textos sagrados do Alcorão feito por membros do EI. Esta invocação confere aos conflitos travados, em nome desta causa, um carácter ideológico que é utilizado como alavanca para levar a cabo golpes irracionais, legitimados pelo derradeiro sacrifício em nome da causa, a qual trará a redenção espiritual.

Este carácter irracional apenas se encontra presente em conflitos de natureza religiosa, sendo que, esta mesma natureza poderá ser a chave para a resolução de disputas já existentes. Apenas o reconhecimento superior, ou divino, será suficiente para cessar conflitos em que o desafio e o teste à crença individual se encontram em jogo.

A última questão derivada que foi colocada no início da dissertação foi a seguinte:

Estará o fenómeno religioso intimamente ligado aos recentes atos terroristas sentidos na Europa?

A resposta a esta pergunta é simples e é dada transversalmente ao longo dos dois últimos capítulos.

A atuação de *lobos solitários* no seio da Europa tem preocupado as forças de segurança e especialmente os Estados-membros da UE, cuja política de fronteiras abertas coloca um sério risco à segurança interna da comunidade europeia.

Estes indivíduos ou grupos, sejam islâmicos radicais, migrantes recém-chegados em condições sócio-económicas precárias, muçulmanos europeus ou europeus convertidos ao islamismo, bem como membros xenófobos de

extrema-direita opositores à política integrista europeia, motivados por pressupostos religiosos ou anti-religiosos são prova de que este fenómeno é preponderante na preparação e execução dos recentes ataques terroristas em solo europeu.

Respondidas as perguntas colocadas à partida para este estudo, resta-nos verificar a veracidade das hipóteses formuladas.

Relativamente à primeira hipótese, “*a religião exerce a sua influência através da sua massa de seguidores*”, podemos afirmar que esta é verdadeira, uma vez que, como referido anteriormente e explorado ao longo dos capítulos 5 e 6, a influência religiosa no panorama político é reduzida em sociedades ocidentais secularizadas, fruto da relegação desta para a esfera privada.

Nas sociedades que servem como exceção à regra (caso de Estados centrais e do leste da Europa sobretudo) a influência religiosa sobre o Estado advém, principalmente, da população, pois esta considera importante, para a noção de identidade, a pertença à religião oficial ou preferencial do Estado.

No que concerne à segunda hipótese, “*apesar da sua laicidade, os Estados europeus mantêm ainda uma ligação religiosa*”, esta também se comprova, uma vez que, como referido no último capítulo, vários Estados laicos europeus concedem, por via de restrições ou permissões, vantagens a uma ou mais religiões face a outras.

A laicidade dos Estados europeus (anexo D) é recente face à aculturação religiosa secular do *velho continente*. A vaga migratória tem vindo a destacar, precisamente, a particular ligação europeia ao cristianismo, com várias populações a contestar as medidas tomadas pela comunidade europeia face à crise migratória que a Europa atravessa e vários governos a tomar medidas restritivas face à profissão da fé em público.

Em suma verificámos que, “*O Status Quo da religião na Europa do século XXI*” é de uma grande influência, enquanto ator das RI, tendo a capacidade dicotómica de se constituir um fator predominante quer para a promoção de conflitos, quer para a sua resolução, pelo que deverá, no presente século, retomar uma posição fulcral de reconhecimento da sua preponderância por parte da comunidade internacional, em específico pelas Nações Unidas, as quais deverão apelar à capacidade de união, com vista ao alcance da paz nas várias regiões do globo.

Referências bibliográficas

- Al-Azmeh, A. (2007). Afterword. Em A. Al-Azmeh, & E. Fokas, *Islam in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Balão, S. M. (2014). *A Matriz do Poder*. Lisboa: MGI.
- Barbé, E. (1995). *Relaciones Internacionales*. Madrid: Tecnos.
- Boniface, P. (1997). *Dicionário das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.
- Brown, E. (2005). After the Ramadan Affair: New Trends in Islamism in the West. Em H. Fradkim, H. Haqqani, & E. Brown, *Current Trend in Islamic Ideology* (Vol. 1). Washington DC: Hudson Institute.
- Bruce, S. (2008). *Fundamentalism* (2ª ed.). Cambridge: Polity Press.
- Castro, A. M. (2010). *"Urbi et Orbi": A relevância da religião na vida pública globalizada*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Cesari, J. (2007). Muslim identities in Europe: the snare of exceptionalism. Em A. Al-Azmeh, & E. Fokas, *Islam in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Portugal.
- Correia, J. M. (maio de 2014). O fator religião nas relações internacionais e as new wars. *Revista de Ciências Militares*, II, pp. 323-338.
- Coutinho, J. P. (2012). Religião e outros conceitos. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXIV, pp. 171-193.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia*. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Delfino, S. d. (2010). *Estudo da Religião nas Relações Internacionais*. Brasil: Centro Universitário de Belo Horizonte.
- DN; Lusa. (26 de Dezembro de 2017). *Diário de Notícias*. Obtido em 09 de Janeiro de 2018, de www.dn.pt: <https://www.dn.pt/portugal/interior/associação-quer-fim-da-mensagem-de-natal-do-cardeal-patriarca-de-lisboa-na-televisão-9009995.html>

EUROPOL. (2017). *European Union Terrorism Situation and Trend Report*. European Union Agency for Law Enforcement Cooperation.

Giddens, A. (2013). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gonçalves, F. (2011). *O Islamismo Radical e o Combate às suas Ameaças: da Dawa à Jihad* (1ª ed.). Lisboa: Diário de Bordo.

Heidelberg Institute for International Conflict Research. (2017). *Conflict Barometer 2016*. Heidelberg.

Heidelberg Institute for International Conflict Research. (2018). *Conflict Barometer 2017*. Heidelberg: Heidelberg Institute for International Conflict Research.

Huntington, S. P. (2001). *O choque das civilizações e a mudança na ordem mundial* (2ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Jackson, R., & Sørensen, G. (2010). *Introduction to International Relations*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Lara, A. d. (2007). *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*. Coimbra: Almedina.

Lusa. (04 de Junho de 2017). *Atentados na Europa desde 2004*. Obtido em 26 de Junho de 2017, de Diário de Notícias: <http://www.dn.pt/mundo/interior/cronologia-atentados-na-europa-desde-2004-8534384.html>

Maeshall, C., & Rossman, G. B. (1999). *Designing Qualitative Research* (3ª ed.). California: Sage Publications.

Maltez, J. A. (2002). *Curso de Relações Internacionais*. S. João do Estoril: Principia.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2002). *Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostragens e Técnicas de Pesquisas, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.

Miles, M. B., & A. M, H. (1994). *Qualitative Data Analysis* (2ª ed.). California: Sage Publications.

Mitri, T. (2007). Christians and Muslims: memory, amity and enmities. Em A. Al-Azmeh, & E. Fokas, *Islam in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

Moreira, A. (9 de Março de 2016). *A desordem mundial*. Obtido em 17 de Junho de 2017, de Diário de Notícias: <http://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/adriano-moreira/interior/a-desordem-mundial-5067715.html>

Moreira, A. (17 de Agosto de 2016). *A ordem internacional e as religiões*. Obtido em 17 de Junho de 2017, de Diário de Notícias: <http://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/adriano-moreira/interior/a-ordem-internacional-e-as-religioes-5342319.html>

Moreira, A. (3 de Maio de 2017). *A peregrinação do Papa Francisco*. Obtido em 17 de Junho de 2017, de Diário de Notícias: <http://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/adriano-moreira/interior/a-peregrinacao-do-papa-francisco-7201115.html>

Moreira, A. (1979). *Ciência Política*. Amadora: Livraria Bertrand.

Moreira, A. (2016). *Futuro com memória*. Lisboa: Clube do Autor.

Moreira, A. (8 de Março de 2017). *O fator religiões*. Obtido em 17 de Junho de 2017, de Diário de Notícias: <http://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/adriano-moreira/interior/o-fator-religioes-5711515.html>

Moreira, A. (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Edições Almedina.

Morgenthau, H. J. (1960). *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Nova Iorque: Knopf.

Mota, M. A. (Dezembro de 2015). A crise migratória na Europa. *Revista Militar* (2567), pp. 971-974.

Nielsen, J. (2007). The question of Euro-Islam: restriction or opportunity? Em A. Al-Azmeh, & E. Fokas, *Islam in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

Pew Research Center. (2017). *Europe's Growing Muslim Population*. Pew Research Center.

Pew Research Center. (2017). *Many Countries Favor Specific Religions, Officially or Unofficially*. Pew Research Center.

Pew Research Center. (2017). *The Changing Global Religious Landscape*. Pew Research Center.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Ramadan, T. (1999). *To be a European Muslim*. Markfield: The Islamic Foundation.

Ramonet, I. (2002). *Guerras do Século XXI* (1ª ed.). Porto: Campo das Letras.

Religious Tolerance. (2013). *Religious peace, violence & genocide*. Obtido em 26 de Junho de 2017, de http://www.religioustolerance.org/curr_war.htm

Sampaio, J. (2006). *Terrorismo e Relações Internacionais* (1ª ed.). (G. Valente, Ed.) Lisboa: Gradiva.

Sampieri, R., Collado, C., & Lucio, P. (2006). *Metodologia de Pesquisa* (3ª ed.). São Paulo: McGrawHill.

Sheikh, M., Alev, B. B., & Malik, N. (2003). *Islam i bevaegelse*. Copenhagen: Akademisk.

Silva, T. d. (2011). *Islão e Fundamentalismo Islâmico: das Origens ao Século XXI*. Lisboa: Pactor.

Soares, P. G. (2012). Um coeficiente religioso nas teorias das relações internacionais? Paradigmas teóricos e soft power. Em *Caderno de relações internacionais* (Vol. III, pp. 47-71).

Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2013). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios* (4ª ed.). Lousã: Pactor.

Stifung, B. (2018). *Transformation Atlas*. Obtido em 26 de Março de 2018, de Transformation Index BTI: https://atlas.bti-project.org/share.php?1*2018*GV:SIX:0*CAT*ANA:REGION

Stilwell, P. (Julho - Setembro de 1995). A Religião, Factor de Conflito e Potencial de Paz. *Nação e Defesa*, pp. 59-67.

Thomas, M. S. (2005). *The global resurgence of religion and the transformation of International Relations* (1^a ed.). USA: Palgrave McMillan.

Toft, M. D. (Primavera de 2007). Getting Religion? The Puzzling Case of Islam and Civil War. *International Security* , 31, pp. 97 - 131.

Wilkinson, P. (2007). *International relations - a very short introduction* (1^a ed.). USA: Oxford University Press.

Página intencionalmente em branco

Anexos

A. Lista de conflitos religiosos recentes

Tabela A-1 - Lista de conflitos religiosos entre finais século XX e século XXI – 2011 (Religious Tolerance, 2013)

Country	Main religious groups involved	Type of conflict
Afghanistan	Extreme, radical Fundamentalist Muslim terrorist groups & non-Muslims	Osama bin Laden headed a terrorist group called <i>Al Quada</i> (The Source) headquartered in Afghanistan. They were protected by, and integrated with, the Taliban dictatorship in the country. The Northern Alliance of rebel Afghans, Britain and the U.S. attacked the Taliban and Al Quada, establishing a new regime in part of the country. The fighting continues.
Bosnia	Serbian Orthodox Christians, Roman Catholic), Muslims	Peace is holding, due to the presence of peacekeepers. ²
Côte d'Ivoire	Muslims, Indigenous, Christian	Following the elections in late 2000, government security forces " <i>began targeting civilians solely and explicitly on the basis of their religion, ethnic group, or national origin. The overwhelming majority of victims come from the largely Muslim north of the country, or are immigrants or the descendants of immigrants...</i> " ⁵ A military uprising continued the slaughter in 2002. It split the nation into two segments. Periods of peace and violence have alternated as the country struggles towards stability.
Cyprus	Christians & Muslims	The island is partitioned, creating enclaves for ethnic Greeks (Christians) and Turks (Muslims). A UN peace keeping force is maintaining stability. ⁹
East Timor	Christians & Muslims	A Roman Catholic country. About 30% of the population died by murder, starvation or disease after they were forcibly annexed by Indonesia (mainly Muslim). After voting for independence, many Christians were exterminated or exiled by the Indonesian army and army-funded militias in a carefully planned program of genocide and religious cleansing. East Timore won its independence from

		Indonesia in 2002. The situation there is now stable.
India	Animists, Christians, Hindus, Muslims & Sikhs	Various conflicts that heat up periodically producing loss of life. Christians are regularly attacked in Orissa province by militant Hindu extremists.
Indonesia, Maluku Islands	Christians & Muslims	After centuries of relative peace, conflicts between Christians and Muslims started during 1999. About 6,000 were killed; over a half million people were internally displaced; thousands were forced to convert to another religion. Peace talks were initiated by the government in early 2002., the situation appears to be stable.
Iraq	Kurds, Shiite Muslims, Sunni Muslims, Yazidi	This is a country with three main ethnic and religious groups: Shiites, Sunnis & Kurds. For decades, one group has controlled the government, and the other two groups have suffered. In 2014, a new group invaded the country: ISIS. Its goal is to create a caliphate in the region and are now controlling large areas of Iraq and Syrai.
Kashmir	Hindus & Muslims	A chronically unstable region of the world, claimed by both Pakistan and India. The availability of nuclear weapons stockpiles are destabilizing the region further. Thirty to sixty thousand people have died since 1989. A plebescite would be the obvious solution, except that either Pakistan or India -- whichever country polls show wold lose the plebiscite -- refuses to allow one.
Kosovo	Serbian Orthodox Christians & Muslims	Peace enforced by NATO peacekeepers. There is convincing evidence of past mass murder by Yugoslavian government (mainly Serbian Orthodox Christians) against ethnic Albanians (mostly Muslim)
Kurdistan	Primarily Alevis, Muslim, with Christian, Jews, Yarsan, and Yazidis	This is a country with a tenouous existence in parts of Iran, Iraq, Syraia, and Turkey. It is involved heavily in a war with ISIS. Parts of northeast Syria are under Kurdish control and set up a government there. Some Kurds have autonomy in those areas where hey form a majority. Others are attempting to establish Kurdistan as a separate company.
Macedonia	Macedonian Orthodox Christians & Muslims	Muslims (often referred to as ethnic Albanians) engaged in a civil war with the rest of the country

		who are primarily Macedonian Orthodox Christians during the 1990s. A peace treaty has been signed. Disarmament by NATO is complete.
Gaza	Jews, Muslims, & Christians	Israel and Gaza have experienced repeated cycles of a tenuous peace followed full scale warfare. This has resulted in the deaths of thousands, mainly in Gaza and again in 2014. Flareups continue. No resolution appears possible.
Myanmar (formerly Burma)	Buddhist & Muslims	The Burmese public had experienced massive human rights abuses under a military dictatorship that was replaced in 2011 with a nominally civilian government. The Muslim Rohingya a 4% to 10% minority (estimates differ) is suffering major oppression by the 80% Buddhist majority. Even though some of the Rohingya have lived in the country for three or more generations, the government withholds citizenship from them. About 400,000 -- half of the total population of Rohingyas -- have been expelled.
Nigeria	Christians, Animists, & Muslims	The country is divided between Yorubas and Christians in the south who live in an uneasy peace with Muslims in the north. Meanwhile, a terrorist group called Boko Haram (roughly translated as "western education is forbidden." The country is struggling towards democracy after decades of Muslim military dictatorships. Meanwhile, Boko Haram is attempting to establish an Islamic State in the northern states.
Northern Ireland	Protestants, Catholics	After 3,600 killings and assassinations over 30 years. A ceasefire is holding.
Pakistan	Sunni & Shi'ite Muslims	Low level mutual attacks, overshadowed by Taliban insurrectionists.
Philippines	Christians & Muslims	A low level conflict between the mainly Christian central government and Muslims in the south of the country has continued for centuries.
Somalia	Wahhabi and Sufi Muslims	Sufi Muslims -- a tolerant moderate tradition of Islam are fighting the Shabab who follow the Wahhabi tradition of Islam in a continuing conflict.
South Africa	Animists & "Witches"	Hundreds of persons, suspected and accused of witches practicing black magic, are murdered each

		year.
Sri Lanka	Buddhists & Hindus	Tamils (a mainly Hindu 18% minority) are involved in a war aimed at dividing the island and creating a homeland for themselves. Conflict had been underway since 1983 with the Sinhalese Buddhist majority (70%). Over a hundred thousand people have been killed. The conflict took a sudden change for the better in 2002-SEP, when the Tamils dropped their demand for complete independence. The South Asian Tsunami in 2004-DEC induced some cooperation. By 2009 the Tamil uprising was crushed by the government.
Sudan	Animists, Christians & Muslims	Complex ethnic, racial, religious conflict in which the Muslim regime committed against both Animists and Christians in the south of the country. Slavery and near slavery were practiced. A ceasefire was signed in 2006-MAY between some of the combatants. ³ Warfare continues in the Darfur region, primarily between a Muslim militia and Muslim inhabitants. ⁸
Thailand	Buddhists & Muslims	Muslim rebels have been involved in a bloody insurgency in southern Thailand -- a country that is 95% Buddhist.
Tibet	Buddhists & Communists	Country was annexed by Chinese Communists in late 1950's. Brutal suppression of Buddhism continues. *
Uganda	Animists, Christians, & Muslims	Christian rebels of the <i>Lord's Resistance Army</i> are conducting a civil war in the north of Uganda. Their goal is a Christian theocracy whose laws are based on the Ten Comandements. They abduct, enslave and/or raped about 2,000 children a year. ⁶

B. Dados relatório *Conflict Barometer* 2017

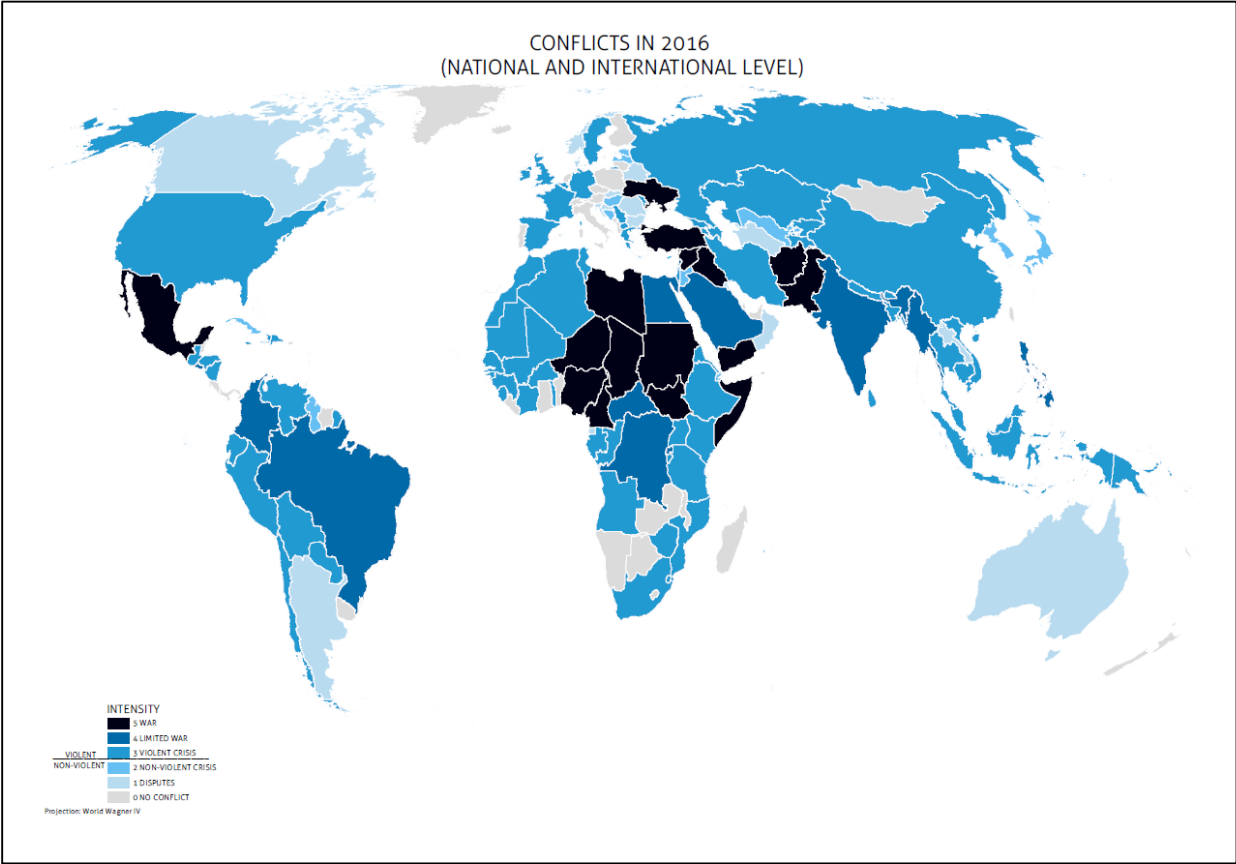


Figura B-1 - figura ilustrativa da distribuição dos conflitos ao nível mundial, em 2016, e respetivas intensidades associadas (Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2017)

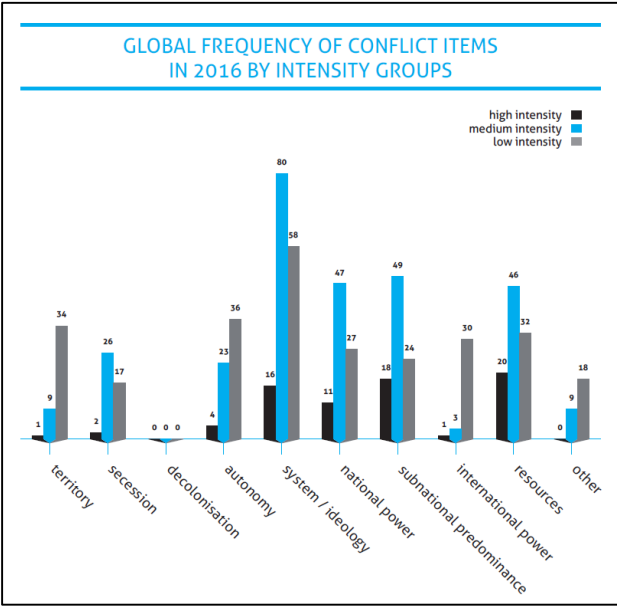


Figura B-2 - gráfico ilustrativo da distribuição do número total de conflitos globais pelas diversas categorias e intensidades (Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2017)

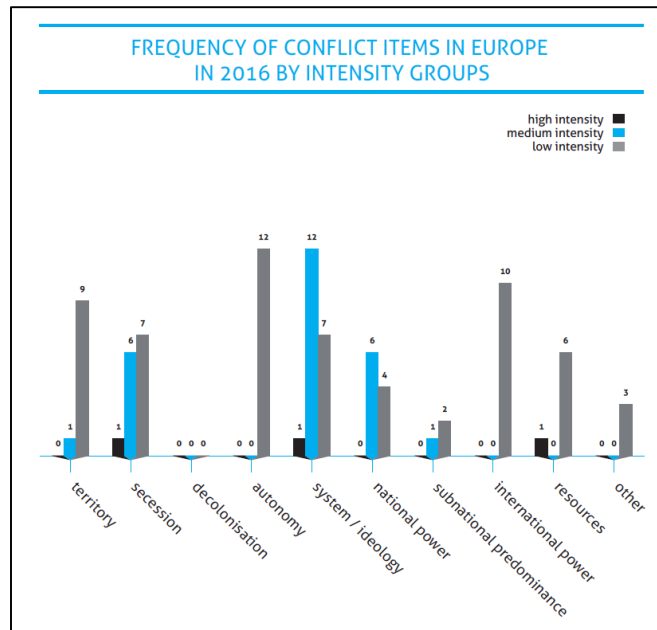


Figura B-3 - gráfico ilustrativo da distribuição do número total de conflitos na Europa pelas diversas categorias e intensidades (Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2017)

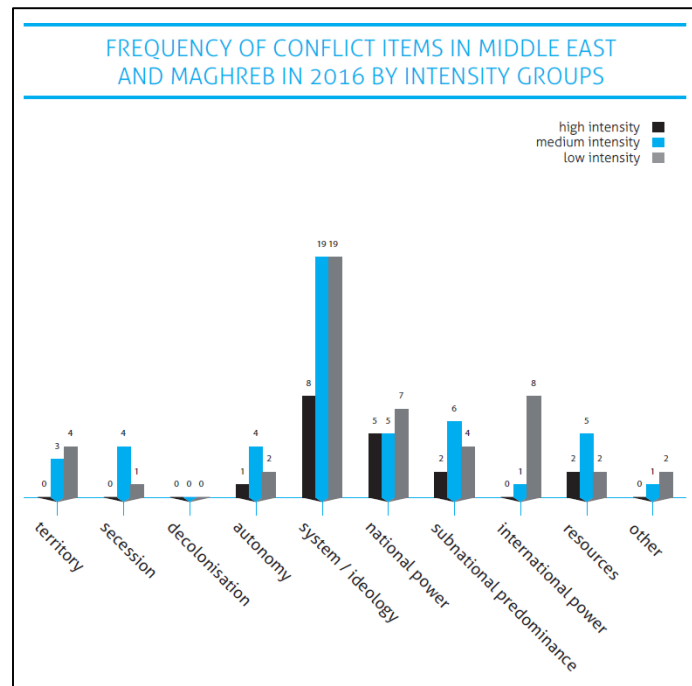


Figura B-4 - gráfico ilustrativo da distribuição do número total de conflitos no Médio Oriente pelas diversas categorias e intensidades (Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2017)

C. Dados relatório *Conflict Barometer* 2018

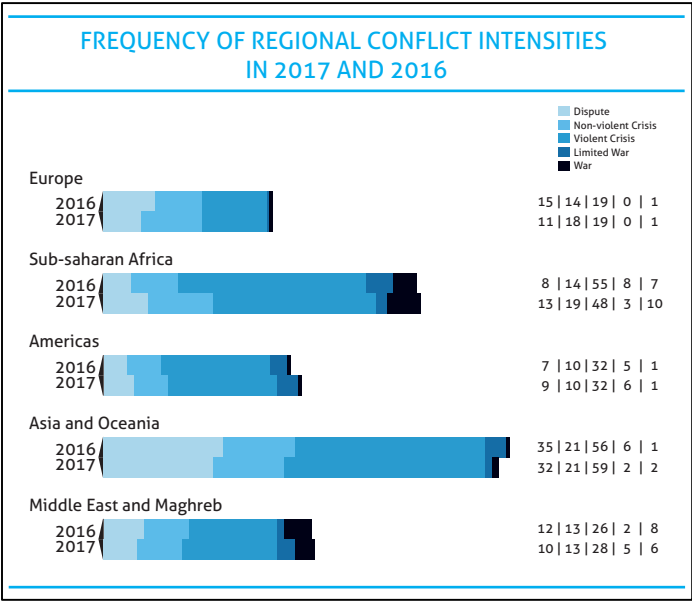


Figura C-1 - Comparação de conflitos por intensidade e região, entre 2016 e 2017 (Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2018)

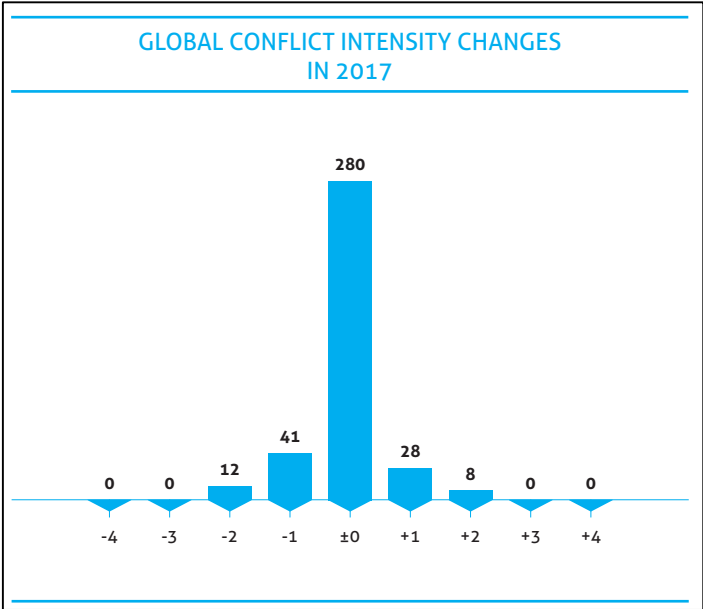


Figura C-2 - Variação da intensidade dos conflitos em 2017, face a 2016 (Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2018)

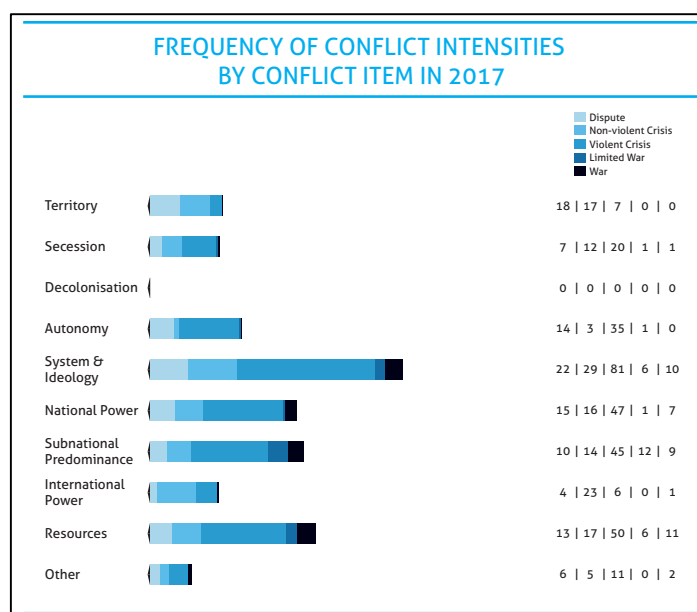


Figura C-3 - Total de conflitos registados em 2017, por categoria e intensidade (Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2018)

D. Laicidade dos Estados europeus

Tabela D-1 - Estados europeus com religiões oficiais (Pew Research Center, 2017, p. 32)

Dinamarca	Cristianismo
Grécia	
Liechtenstein	
Malta	
Mónaco	
Noruega	
Reino Unido	

Tabela D-2 - Estados europeus com religiões preferenciais (Pew Research Center, 2017, pp. 32-33)

Andorra	Cristianismo
Bielorrússia	
Bulgária	
Espanha	
Finlândia	
Itália	
Moldávia	
Polónia	
República da Macedónia	

Roménia	
Rússia	
Lituânia	Múltiplas religiões
Sérbia	
Turquia	Islamismo

Tabela D-3 - Estados europeus laicos (Pew Research Center, 2017, pp. 33-34)

Albânia	Alemanha	Áustria
Bélgica	Bósnia e Herzegovina	Croácia
Eslováquia	Eslovénia	Estónia
França	Holanda	Hungria
Irlanda	Kosovo	Letónia
Luxemburgo	Montenegro	Portugal
República Checa	San Marino	Suécia
Suíça	Ucrânia	

E. Dados relatório Europe’s Growing Muslim Population

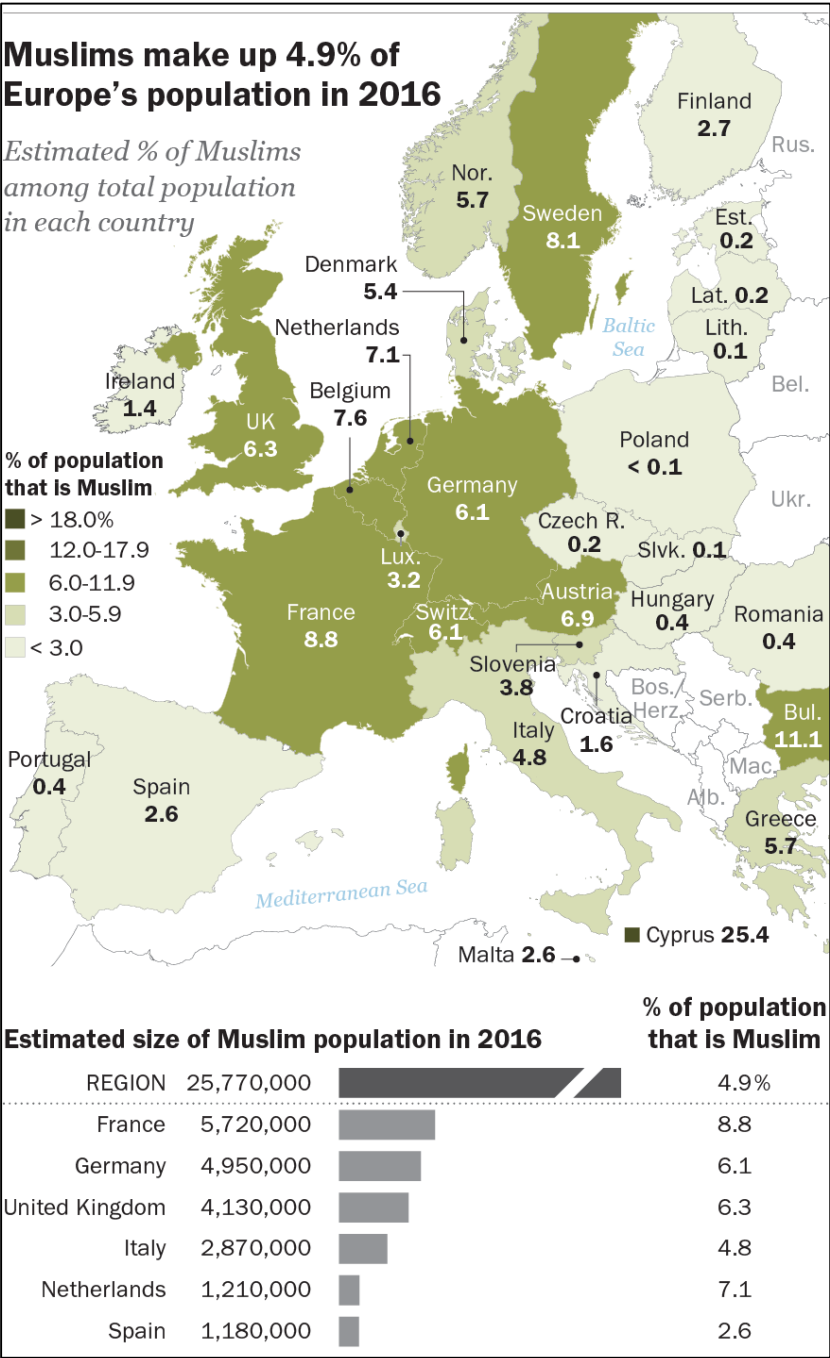


Figura E-1 - Percentagem estimada da população muçulmana europeia em 2016
(Pew Research Center, 2017, p. 4)

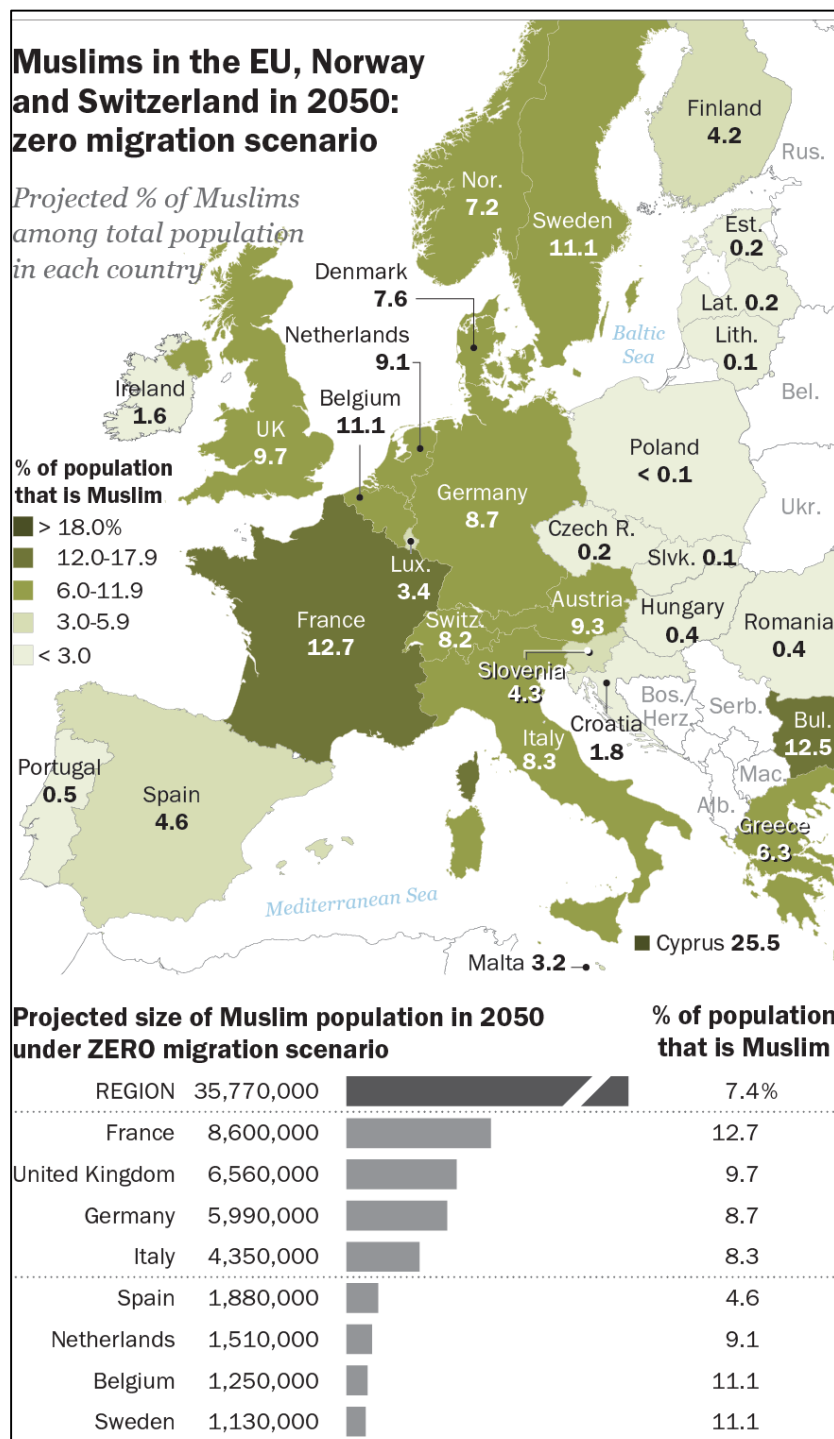


Figura E-2 - Percentagem projetada da população muçulmana europeia para 2050 - cenário de migração zero (Pew Research Center, 2017, p. 8)

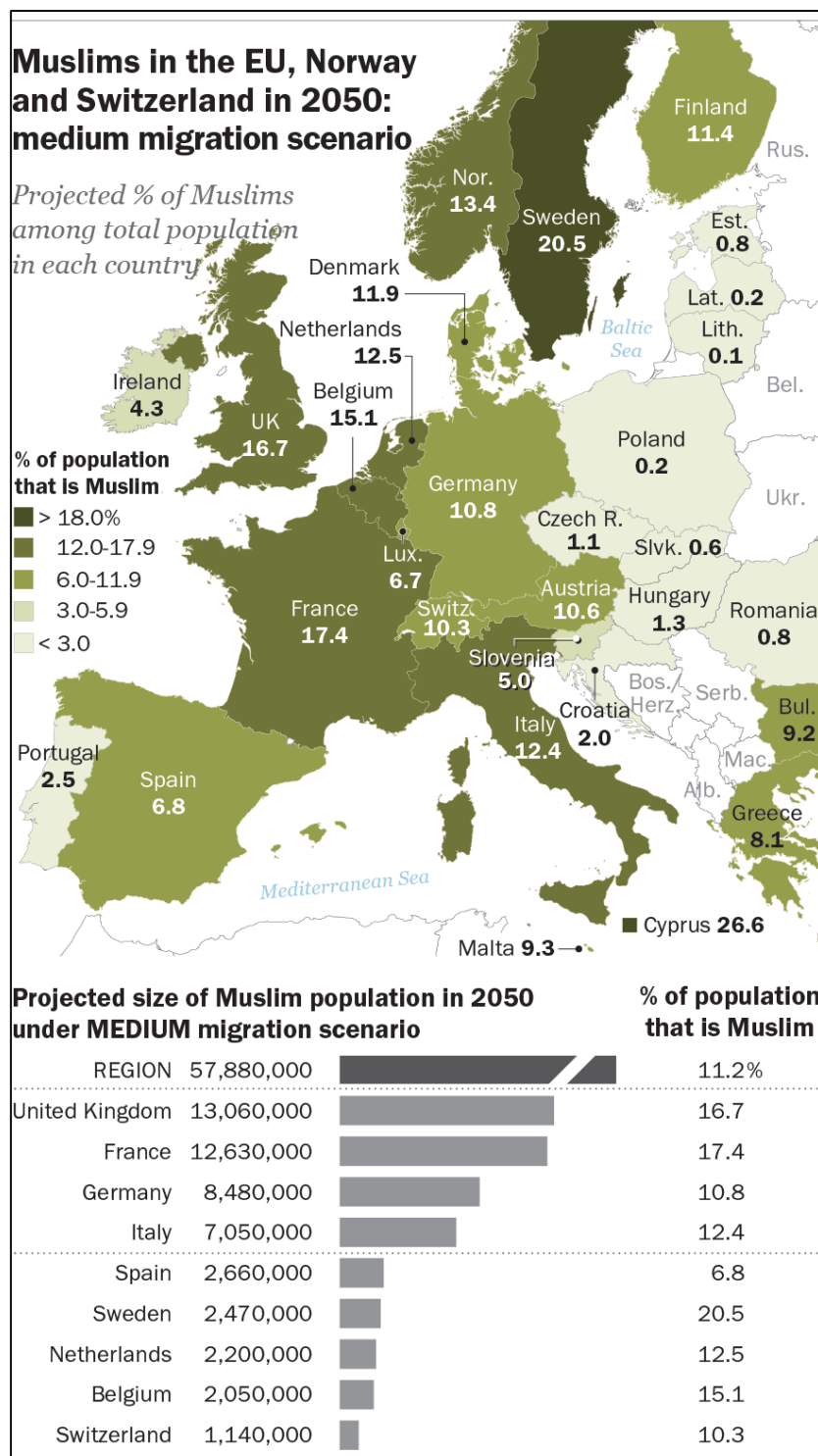


Figura E-3 - Percentagem projetada da população muçulmana europeia para 2050 - cenário de migração média (Pew Research Center, 2017, p. 9)

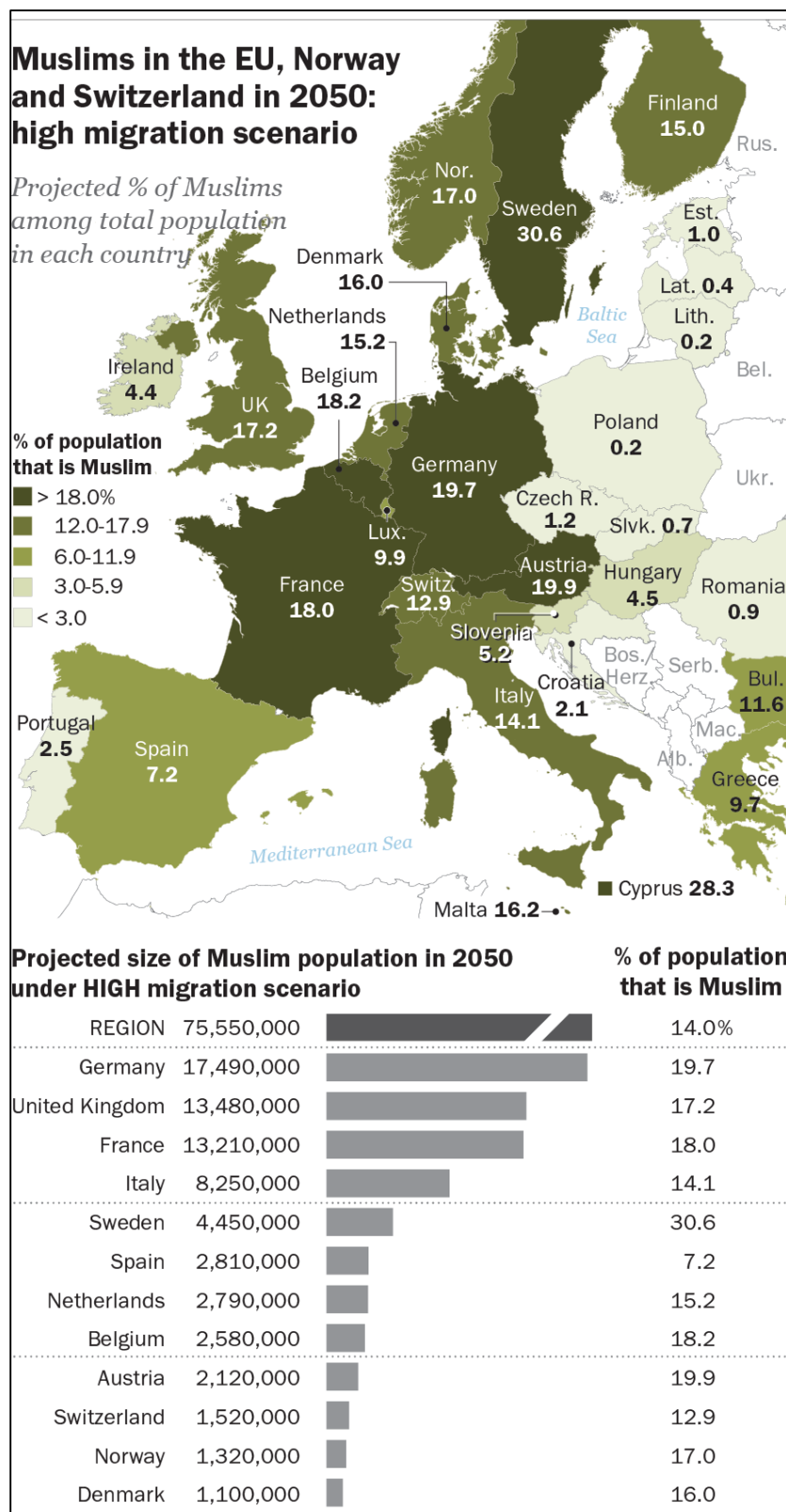


Figura E-4 - Percentagem projetada da população muçulmana europeia para 2050 - cenário de migração alta (Pew Research Center, 2017, p. 10)

In three migration scenarios, population decline for Europe's non-Muslims, population growth for Muslims

Projected percentage change in Europe's Muslim and non-Muslim population size, 2016-2050

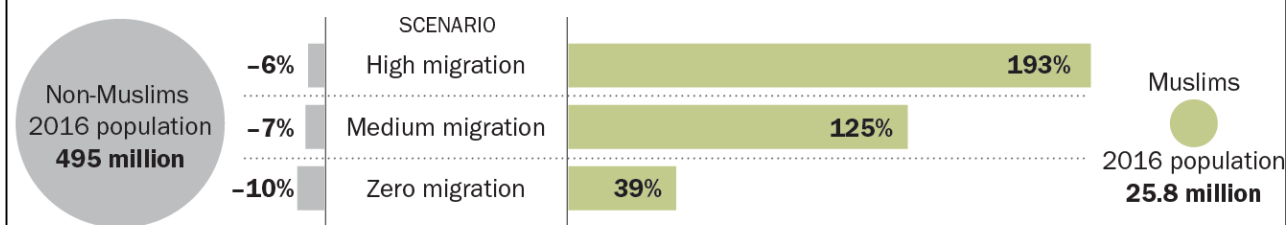


Figura E-5 - Transformação demográfica europeia prevista entre 2016 e 2050 (Pew Research Center, 2017, p. 7)

Effects of migration on European population

Projected population counts by 2050

	2010	2016	2050 zero migration	2050 medium migration	2050 high migration
Muslims	19,520,000	25,770,000	35,770,000	57,880,000	75,550,000
Non-Muslims	495,280,000	495,060,000	445,920,000	459,070,000	463,040,000
Total	514,810,000	520,830,000	481,690,000	516,950,000	538,600,000

Figura E-6 - Projeção da constituição da população europeia para 2050, nos vários cenários migratórios previstos (Pew Research Center, 2017, p. 27)